



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2009

**GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS DO MINISTÉRIO
DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	3 -
1.1 – Nota Introdutória	4 -
1.2 – Orientações gerais e específicas	6 -
2 – AUTO-AVALIAÇÃO 2.1 - QUAR	8 -
2.1 - QUAR	9 -
2.1.1 - QUAR 2009 - Resultados alcançados	9 -
2.1.2 - QUAR 2009 - Resultados alcançados (Global) ..	11 -
2.1.3 - QUAR 2009	12 -
2.2 – Apreciação dos clientes	35 -
2.2.1 – Relativamente aos pedidos formulados ao GEE ..	35 -
-	
2.2.2 – Relativamente à qualidade da resposta aos pedidos	37 -
2.3 – Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI) ..	39 -
2.3.1 – Caracterização interna da organização	39 -
2.3.2 Auto-avaliação do SCI	41 -
2.4 – Melhoria do desempenho	44 -
2.5 – Audição dos Colaboradores do Gabinete	44 -
2.6 – Actividades desenvolvidas (previstas e não previstas no Plano) e Justificação dos desvios	45 -
2.6.1 Resumo da actividade	45 -
2.6.2 Fichas de Objectivos (actividade executada)	47 -
2.7 – Recursos Humanos	66 -
2.7.1 – Gestão dos recursos humanos	66 -
2.7.2 - Formação	69 -
2.8 – Recursos Financeiros	69 -
3 – AVALIAÇÃO FINAL	72 -
3.1 – Apreciação dos resultados (QUAR) e conclusões ..	72 -
3.2 – Menção proposta	74 -
ANEXOS	75 -



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

1 – INTRODUÇÃO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

1.1 – Nota Introdutória

O GEE tem procurado, nos últimos 4 anos, desenvolver um novo quadro de competências em matéria de recursos humanos, mais adequado às exigências e ao desempenho das suas atribuições, designadamente, a necessidade de reforçar as qualificações e o número de recursos humanos da carreira de técnico superior, e por outro lado, diminuir o número de pessoas afectas ao apoio administrativo e secretariado.

A especificidade das matérias que constituem as atribuições do Gabinete, designadamente nas áreas de estatística, análise económica, avaliação de impactos e previsão, exigem um conjunto de conhecimentos técnicos que não é fácil encontrar junto do quadro de efectivos da Administração Pública.

Face às dificuldades de contratação no âmbito da Administração Pública, o GEE tem recorrido à requisição de agentes. Designadamente nas áreas de Gestão da Informação e Estatística e Análise Económica e Previsão, as competências do GEE foram reforçadas mediante a requisição de professores contratados a estabelecimentos de ensino superior.

Apesar das manifestas dificuldades em matéria de recrutamento (nomeadamente a impossibilidade legal de contratar técnicos fora da Administração Pública), em 2009 foi possível continuar a contar, ainda que a título transitório, com um conjunto de colaboradores oriundos do meio académico, com competências complementares às existentes no quadro do GEE. Procurando preencher o quadro de efectivos, através do recurso a vínculos de natureza mais permanente, foram abertos 13 concursos, dos quais quatro são externos.

Durante o ano de 2009 o Gabinete de Estratégia e Estudos prosseguiu a implementação da estratégia definida para este ciclo de gestão.

Em matéria de publicações, destaca-se que este é o segundo ano de funcionamento do Boletim Mensal de Economia Portuguesa (BMEP), em parceria com o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças e da Administração Pública. Para além disso, foram disponibilizados 11 novos estudos no âmbito da série *GEE Papers*.

Como forma de contribuir para o debate sobre a evolução da economia portuguesa, foram ainda organizados dois *workshops*. O primeiro, em parceria com o ISEG/UTL, sobre as políticas públicas associadas ao investimento estrangeiro. O segundo, em parceria com a Comissão Europeia (DG ECFIN) e o GPEARI/MFAP, dedicado ao tema "*The portuguese economy: dealing with the challenges of competitiveness and fiscal sustainability in the euro area*".



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Em matéria de informação sobre a Economia Portuguesa, a página do GEE é hoje uma referência incontornável. Entre as diversas tipologias, o GEE disponibiliza na sua página de Internet informação sobre relatórios e “rankings” internacionais, iniciativas e medidas legislativas, Sínteses Estatísticas, ficheiros de dados e bases de dados interactivas, que permitem ao utilizador extrair tabelas personalizadas em tempo real. Adicionalmente, informação actual sobre a Economia portuguesa é disponibilizada aos subscritores através das estatísticas na hora/RSS.

Entre os produtos criados em 2009, destaca-se uma nova área temática dedicada à dinâmica empresarial e concluída uma nova estatística de bolso, denominada “Estatísticas de bolso da dinâmica empresarial”. Foram também publicadas versões em língua inglesa das Estatísticas de Bolso Regionais (Distritos, Concelhos, NUTS II, NUTS III e Portugal). Foram criadas três novas Bases de Dados interactivas: Investimento Directo Estrangeiro (série 1996-2008). Principais Indicadores Económicos de Portugal e Indicadores de Desempenho: Investimento Directo Estrangeiro.

O projecto de integração de Bases de Dados numa única plataforma em SQL, encetado em 2007, sofreu atrasos na sua implementação em 2009. Foi no entanto efectuado um procedimento concursal para a prossecução da segunda fase dos trabalhos, que ficou invalidada pelo atraso na aquisição dos servidores por parte da Secretaria-Geral do MEID.

Face às contingências na implementação daquele projecto o GEE avançou com a criação *inhouse* de mapas de alimentação e com a reprodução de estruturas de informação, como quadros e tabelas, fundamentalmente na área de comércio internacional. Foram criados cerca de 80 mapas de base e tabelas que permitem construir 2 publicações estatísticas, a secção permanente do Boletim Mensal de Economia Portuguesa, bem como diversos ficheiros e extracções específicas. Procedeu-se também à construção de bases de dados longitudinais, que serviram de base a diferentes trabalhos econométricos.

O ano 2009 foi o segundo ano de acompanhamento da implementação do sistema de avaliação de desempenho (SIADAP 1), junto dos organismos do MEID, designadamente, foram desenvolvidas novas tarefas relacionadas com a avaliação dos serviços, como os pareceres de análise crítica da auto-avaliação e um relatório de análise comparada dos serviços do MEID.

O relatório que a seguir se apresenta descreve, de forma exhaustiva, as actividades desenvolvidas pelo GEE ao longo do ano de 2009.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

1.2 – Orientações gerais e específicas

O Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovado em 2006, clarificou a natureza dos serviços na nova Lei Orgânica do Ministério da Economia e da Inovação (Decreto-Lei nº 208/2006 de 27 de Outubro), posicionando o GEE como um serviço de suporte à Governação. Entre outras atribuições, o GEE vê em si centralizados o apoio técnico à formulação de políticas, a elaboração de estudos de prospectiva, o planeamento estratégico e a avaliação do desempenho.

A actividade do Gabinete é enquadrada pela sua missão e atribuições, definidas no DL 208/2006 de 27 Outubro e Decreto Regulamentar n.º 55/2007, de 27 de Abril.

Missão

O GEE tem por missão, nos termos da sua lei orgânica, prestar apoio técnico aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e da inovação na definição da política económica e no planeamento estratégico, bem como apoiar os diferentes organismos do Ministério através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação.

Acresce que o GEE assumiu, em Dezembro de 2007, competências em matéria de planeamento, estratégia e avaliação (PRACE) por via da publicação da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que institui o SIADAP, assumindo novas responsabilidades nesta matéria, designadamente no apoio aos serviços em matéria de planeamento, monitorização e avaliação do desempenho.

Destaca-se ainda a observância das orientações políticas, do Programa do XVII Governo Constitucional, na definição da estratégia do GEE, tendo em conta as respectivas atribuições, designadamente, o eixo prioritário *Crescimento da Economia*, onde se incluem medidas de actuação ao nível da “Confiança”, do “Plano Tecnológico”, “Investimento e Empresas” e “Política Externa”.

Foram igualmente consideradas orientações de política transversais, a todas as áreas de actuação da governação, como a consolidação das finanças públicas e a modernização da Administração Pública.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Visão

Pretende-se que o GEE seja reconhecido como referência na prestação de informação qualificada na área económica e assim contribua de forma fundamentada para o debate da situação da Economia Portuguesa.

Objectivos Estratégicos

- Apoiar a formulação de políticas económicas, as decisões e as tomadas de posição no âmbito do MEI, respondendo de forma qualificada às solicitações dos gabinetes da tutela;
- Possuir um repositório de informação estatística de referência (integrada, abrangente e actualizada) sobre Economia Portuguesa, visando satisfazer as necessidades da tutela e dos serviços do MEID;
- Disponibilizar regularmente informação estatística tratada, que permita manter um diagnóstico permanente sobre a evolução da Economia Portuguesa;
- Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa, através da elaboração e divulgação de estudos e artigos com qualidade técnica reconhecida;
- Contribuir para a eficácia da acção global do MEID, monitorizando a coerência entre as orientações de política, os objectivos e os resultados dos organismos;

Objectivos Operacionais para 2009

- Disponibilizar informação estatística sobre a Economia Portuguesa.
- Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa, numa perspectiva orientada para a política económica
- Acompanhar a implementação do SIADAP 1 nos serviços do MEI, tendo em conta as orientações estratégicas do MEID
- Melhorar a qualidade técnica dos produtos fornecidos pelo GEE e
- Assegurar resposta qualificada às solicitações externas, designadamente da tutela e Organismos do MEID.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2 – AUTO-AVALIAÇÃO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.1 - QUAR

2.1.1 - QUAR 2009 - Resultados alcançados

ALTERAÇÕES AO QUAR INICIAL: O QUAR 2009, aprovado no início do ciclo de gestão, foi objecto de reformulação nos termos da Lei nº 66-B/2007 tendo sido proposta a eliminação do Objectivo nº 4 e à alteração às metas dos indicadores 4 e 5 (Objectivo 2). As propostas de alteração foram devidamente aprovadas pela tutela pelo despacho de 12.01.2010 do Senhor Ministro da Economia da Inovação e do Desenvolvimento.

Por conseguinte, e tendo em conta que foi eliminado o único objectivo do parâmetro da Eficiência, verificou-se a necessidade de redistribuir a ponderação, atribuída a este parâmetro, pelos restantes parâmetros de Eficácia e Qualidade, tendo em conta o peso das respectivas ponderações aprovadas inicialmente: o parâmetro Eficácia passou de 50% para 66,49% e o parâmetro Qualidade passou de 25% para 38,61%.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2009 -

Última actualização: (2009)

Ministério da Economia e Inovação

Serviço: Gabinete de Estratégia e Estudos

Missão: Prestar apoio técnico aos membros do Governo na definição da política económica e no planeamento estratégico, bem como apoiar os diferentes organismos do MEI, através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação.

Objectivos estratégicos (OE):

OE 1. Responder de forma qualificada às solicitações dos gabinetes da tutela.

OE 2. Possuir um repositório de informação estatística de referência (integrada, abrangente e actualizada).

OE 3. Disponibilizar regularmente informação estatística tratada.

OE 4. Elaborar e divulgar estudos e artigos com qualidade técnica reconhecida.

OE 5 Monitorizar o alinhamento entre as orientações de política, os objectivos e os resultados dos organismos do MEI.

Objectivos operacionais	Meta Ano n-1	Meta Ano n	Concretização			Desvios
			Resultado	Classificação		
				Superou	Atingiu	
EFICÁCIA 67%			200%			
OB 1 Ponderação de 30%		18	21	X		
Disponibilizar informação estatística sobre economia portuguesa	Ind 1 Peso 10%	Nº sínteses estatísticas e de (coleções de) estatísticas de bolso publicadas no sítio do GEE. □ 16	Sup. ≥ 19	117%		17%
	Ind 2 Peso 65%	Nº de base de dados interactivas disponibilizadas no sítio do GEE 3	Sup. ≥ 8	X 150%		50%
	Ind 3 Peso 25%	Percentagem de estatísticas divulgadas em RSS (Estatísticas na Hora) até uma hora após a sua publicação na fonte n.d.	70% Sup > 90%	X 134%		34%
OB 2 Ponderação de 60%		3	2	X		100%
Contribuir para debate sobre a evolução da Economia Portuguesa, numa perspectiva orientada para a política económica	Ind 4 Peso 30%	Nº total de estudos elaborados no GEE publicados como documentos de trabalho 3	Sup ≥ 4	X 200%		
	Ind 5 Peso 60%	Nº de artigos elaborados no GEE e publicado no BMEP 13	15 (15;20) Sup ≥ 21	X 123%		23%
	Ind 6 Peso 10%	Nº de Seminários temáticos organizados 1	1 Sup ≥ 3	X 200%		100%
OB3 Ponderação 10%		1	1		X 100%	0%
Acompanhar a implementação do SIADAP 1. no MEID, tendo em conta as orientações estratégicas do MEID	Ind 7 Peso 20%	Documentos sobre alinhamento estratégico dos serviços do MEID baseado em pareceres: Dias úteis para emissão de pareceres: a) tempo médio de resposta no processo de validação dos QUAR (1ª interacção); b) Duração média da análise de relatórios de auto-avaliação	1	1		
	Ind 8 Peso 80%	a) 5,85 b) n.d.	15 a) 5 b) 10 Sup: a) ≤ 4 b) ≤ 7	X 126,00%		26%
QUALIDADE 33%			148%			
OB 5 Ponderação de 40%						
Melhorar a qualidade técnica dos produtos fornecidos pelo GEE	Ind 11 Peso 70%	Nº de sínteses estatísticas, estatísticas de bolso e ficheiro de dados avaliados e melhorados 5	5 Sup ≥ 7	X 140%		40%
	Ind 12 Peso 15%	Apreciação dos utilizadores sobre a qualidade técnica dos conteúdos do GEE, numa escala de 0 a 5, aferido por inquérito 4,1	4 Sup > 4		X 100%	0%
	Ind 13 Peso 15%	Número de estudos técnicos aceites em conferências 3	3 Sup ≥ 4	X 467%		367%
OB 6 Ponderação de 60%		n.d.	80% Sup ≥ 90%	X 125%		25%
Assegurar Resposta Qualificada e Atempada às Solicitações da Tutela e Organismos do MEID	Ind 14 Peso 100%	Percentagem de respostas que cumpriram o prazo definido (em dias) no total das solicitações com prazo	n.d.	99,60%		



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.1.2 - QUAR 2009 - Resultados alcançados (Global)

Meios disponíveis				
Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	20	19	-1
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	96	90	-6
Técnico Superior	12	144	93	-51
Assistente Técnico	8	32	31	-1
Assistente Operacional	5	5	0	-5
TOTAL		297	233	-64

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento (s/ cativação)	1 115 872	869 249	-246623
PIDDAC (receitas gerais)	65 000	12 223	-52777
PIDDAC (Fundos comunitários)	66 386	0	-66386

Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	Ponderação	Ponderação
67,00%	0,00%	33,00%
Resultado		Resultado
134,08%		48,81%

Avaliação final do serviço

Bom	Satisfatório	Insuficiente
182,88%		



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.1.3 - QUAR 2009

Análise dos Resultados

Objectivo 01: Disponibilizar Informação Estatística sobre a Economia Portuguesa

Indicador 1	Resultado de 2008	Meta para 2009	Resultado de 2009	Evidência
Nº sínteses estatísticas e de (coleções de) estatísticas de bolso publicadas no sítio do GEE	16	18 (Sup ≥ 19)	21	Disponível no site do GEE

As publicações estatísticas do GEE visam disponibilizar de forma sintética e estruturada dados sobre a conjuntura macroeconómica, o comércio internacional, a realidade sectorial, regional, social e a competitividade da Economia Portuguesa.

As publicações, estão agrupadas em Coleções (conjunto de publicações de uma mesma tipologia, que são replicadas para diferentes países, sectores ou produtos), abrangendo sete Áreas Temáticas (ou Temas): Conjuntura; Comércio Internacional; Sectores; Investimento; Regiões; Sociedade e Competitividade.

As Estatísticas de Bolso (EB) são publicações estatísticas constituídas por uma selecção de indicadores, estruturados em formato compacto num número reduzido de páginas, que fornecem uma leitura resumida da realidade em análise. São publicadas em formato PDF.

Possuem um carácter mais conjuntural, apresentando uma periodicidade de publicação regular, que varia com a natureza da área temática em que se insere.

As Sínteses Estatísticas (SE) são publicações estatísticas, mais abrangentes em termos da diversidade de temas, de indicadores e de áreas incluídas, apresentando uma periodicidade de publicação regular.

Em 2009, foi criada a área temática “Dinâmica Empresarial”, através da publicação das “Sínteses Estatísticas da Dinâmica Empresarial” e da Inovação com a Estatística de Bolso dos Indicadores de Desempenho: Inovação.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**

Gabinete de Estratégia e Estudos

ESTATÍSTICAS DE BOLSO E SÍNTESES ESTATÍSTICAS DISPONIBILIZADAS	ÁREA TEMÁTICA	PERIODICIDADE	VERSÃO BILINGUE/EM INGLÊS	FONTES DE BASE
Conjuntura (Total=3)				
Estatística de Bolso (EB) de Conjuntura	Conjuntura	Semanal		INE, Eurostat, BP, FMI, OCDE, Comissão Europeia, PEC, ROPO, ACAP, GEE, Galp Energia, IEFP
EB dos Principais indicadores económicos	Conjuntura	Anual	Versão em inglês	Instituto Nacional de Estatística, Eurostat, Banco de Portugal, <i>European Economy</i>
Síntese Estatística de Conjuntura (SEC)	Conjuntura	Semanal		Diversas (INE, Galp Energia, IEFP, ACAP, Confidencial Imobiliário, Banco de Portugal, FMI, OCDE, Banco Mundial, Comissão Europeia, Eurostat. AMECO, EIA)
Colecção Comércio Internacional (Total=8)				
EB de Comércio Internacional	Comércio Internacional	Mensal		Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Nacionais do INE, SDDS e Boletim Estatístico
EB do Comércio Internacional por Grupos e Subgrupos de Produtos	Comércio Internacional	Mensal		Estatísticas do Comércio Internacional do Instituto Nacional de Estatística, Eurostat e ONU
EB do Comércio Internacional por CAE	Comércio Internacional	Mensal		
EB do Comércio Bilateral	Comércio Internacional	Anual	Versão em inglês	Estatísticas do Comércio Internacional do Instituto Nacional de Estatística, FMI e Eurostat
EB da Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica	Comércio Internacional	Mensal	Bilingue	Estatísticas do Comércio Internacional, Instituto Nacional de Estatística
EB de Comércio Bilateral por Grau de Intensidade Tecnológica	Comércio Internacional	Anual	Bilingue	
Síntese Estatística de Comércio Internacional (SECI)	Comércio Internacional	Mensal		Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística e Balança de Pagamentos do Banco de Portugal
EB da Balança Comercial com um país (Mirror Statistics)	Comércio Internacional	Anual		Estatísticas do Comércio Internacional do INE e Eurostat
Colecção Empresas (Total=1)				
SE Dinâmica Empresarial	Dinâmica Empresarial	Anual		Quadros de Pessoal, GEP, MTSS



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Colecção Regiões (Total=5)				
EB Regionais: Distritos	Regiões	Anual	Versão em inglês	Instituto Nacional de Estatística, Quadros de Pessoal do MTSS (GEP), IEFP
EB Regionais: Concelhos				
EB Regionais: NUTS II				
EB Regionais: NUTS III				
EB Portugal				
Colecção Sociedade (Total=1)				
EB da População Estrangeira residente em Portugal	Sociedade	Anual	Bilingue	SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Instituto Nacional de Estatística
Colecção Competitividade (Total=1)				
EB Indicadores de Desempenho: Inovação	Inovação	Anual		GPEAR/MTSS, UE-Eurostat e INPI
Colecção Sectores (Total=2)				
EB Sectoriais: segundo CAE a 2 dígitos	Sectores	Anual	Versão em inglês	INE, Eurostat, Ministério da Justiça (GPLP), Estatísticas do Notariado; Quadros de Pessoal do MTSS (GEP)
EB Sectoriais: segundo CAE a 1 dígito		Anual	Versão em inglês	

O desvio verificado face à meta estabelecida está ligado à criação das novas áreas temáticas “Dinâmica Empresarial” e “Inovação” e à publicação da colecção Estatística de Bolso de Portugal.

Na comparação com o ano de 2008, regista-se um crescimento de 31% do número de documentos criados, o que se justifica com a necessidade de cobrir um maior número de áreas de análise.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 2	Resultado de 2008	Meta para 2009	Resultado de 2009	Evidência
Nº de base de dados interactivas disponibilizadas no sítio do GEE	3	6 (Sup ≥ 8)	9	Disponível no site do GEE (Bases de Dados)

As Bases de Dados interactivas e os Ficheiros de Dados, disponibilizados em Excel, são fontes estatísticas primárias de informação, estruturadas através de colectâneas de dados com o formato de bases de dados interactivas ou apenas de ficheiros de disponibilização de dados de base, para manipulação directa pelos utilizadores. Fornecem séries mais longas, com um nível superior de desagregação, onde se efectua um tratamento estatístico diferenciado, bem como se proporciona alguma análise gráfica.

A Base de Dados de Medidas de Política tem uma natureza diferente, qualitativa, pois permite aos seus utilizadores consultar, recolher e imprimir informação sobre as medidas de política pública tomadas nos diferentes domínios do Ministério da Economia nos últimos 5 anos. A base de dados está organizada por temas e permite consultas baseadas em diferentes dimensões.

BASES DE DADOS DISPONIBILIZADAS	ÁREA TEMÁTICA	PERIODICIDADE	VERSÃO BILINGUE/EM INGLÊS	FONTES DE BASE
Conjuntura (Total=1)				
Principais Indicadores Económicos de Portugal	Conjuntura	Semanal	Versão em inglês	INE, Eurostat, Banco de Portugal, <i>European Economy</i>
Comércio Internacional (Total=3)				
Balança Comercial de Portugal por Parceiro Comercial	Comércio Internacional	Anual		Estatísticas do Comércio Internacional, INE
Balança Comercial de Portugal - <i>Mirror Statistics</i>	Comércio Internacional	Anual	Bilingue	Estatísticas do Comércio Internacional do INE e Eurostat
Grau de Abertura da Economia ao Exterior e Intensidade Exportadora	Comércio Internacional	Anual		Estatísticas do Comércio Internacional do INE e Eurostat



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Sociedade (Total=1)				
População estrangeira residente em Portugal	Sociedade	Anual	Bilingue	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
Investimento (Total=2)				
Indicadores de Desempenho: Investimento Directo Estrangeiro	Investimento	2009	Bilingue	World Investment Report (ONU).
Investimento Directo Estrangeiro (série 1996-2008)		Anual		Banco de Portugal.
Competitividade (Total=2)				
Indicadores de Desempenho: Domínio Burocracia e Justiça	Competitividade	Anual	Bilingue	<i>Doing Business</i> (Banco Mundial), Eurostat
Base de Dados de Medidas de Política	Medidas de Política na área económica	Permanente		Diversos Ministérios e serviços públicos

O desvio verificado face à meta estabelecida está ligado ao sucesso da antecipação da criação e disponibilização de mais três bases de dados: Principais Indicadores Económicos de Portugal, Indicadores de Desempenho do Investimento Directo Estrangeiro e Medidas de Política.

A comparação com o ano de 2008 traduz-se num crescimento bastante significativo das bases de dados interactivas disponíveis.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 3	Resultado de 2008	Meta para 2009	Resultado de 2009	Evidência
Percentagem de estatísticas divulgadas em RSS (“Estatísticas na Hora”) até 1h após a sua publicação pela fonte	n.a.	70% (Sup \geq 90%)	94%	Sistema de Indicadores de Desempenho (Anexo 1)

O GEE elabora regularmente (diariamente) Flaches e RSS/Estatísticas na Hora com informação sobre a actualização de indicadores de conjuntura económica, publicados por diversos organismos (INE, Banco de Portugal, Eurostat, OCDE, etc.), e sobre a saída de relatório e rankings internacionais.

Ao longo de 2009, cerca de 94% dos RSS foram enviados no prazo de uma hora após a publicação dos respectivos indicadores. No total, foram enviados 268 flaches e 742 textos sobre os indicadores publicados. Os Flaches são enviados para uma *mailing-list*, onde estão incluídos a tutela e outros destinatários na Administração Pública, em empresas e em universidades.

O desvio verificado face à meta estabelecida explica-se pelo facto de este indicador ter sido usado pela primeira vez, não havendo histórico que facilitasse o estabelecimento da respectiva meta.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Objectivo 02: Contribuir para o Debate sobre a Evolução da Economia Portuguesa, numa Perspectiva Orientada para a Política Económica

Indicador 4	Resultado de 2008	Meta para 2009	Resultado de 2009	Evidência
Nº total de estudos elaborados no GEE publicados como documentos de trabalho	3	2 (Sup ≥ 4)	4	Disponível no site do GEE (GEE papers)

A série GEE Papers, registada na REPEC (ISSN 16476212) destina-se a publicar trabalho académico na esfera da intervenção do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Foram publicados, durante o ano de 2009, quatro novos documentos produzidos por técnicos e orientandos do GEE:

Nº 14

Título: The Relevance of Productive Experience in the Process of Economic Growth: an Empirical Study

Autor: Diana Vieira

Data: Abril 2009

Nº 13

Título: Coordination and Stabilization Gains of Fiscal Policy in a Monetary Union

Autor: Susana Salvado

Data: Março 2009

Nº 12

Título: Fiscal Policy in a Monetary Union: Gains from Changing Institutions

Autor: Susana Salvado

Data: Março 2009

Nº 11

Título: The portuguese active labour market policy during the period 1998-2003 - A comprehensive conditional difference-in-differences application

Autor: Alcina Nunes, Paulino Teixeira

Data: Março 2009



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Foram ainda elaborados, mas não publicados, os seguintes estudos:

- Título: O Licenciamento Industrial
Autor: Ricardo Pinheiro Alves

- Título: Employer Enterprise Creation in Portugal
Autor: Elsa Morais Sarmiento e Alcina Nunes

O desvio verificado face à meta estabelecida deve-se à publicação de três documentos com origem em teses de Doutoramento e um de uma tese de mestrado.

Fazendo a comparação com o ano de 2008 houve a produção de mais um *paper* pela razão apresentada na justificação referente ao desvio face ao planeado.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 5	Resultado de 2008	Meta para 2009	Resultado de 2009	Evidência
Nº de artigos elaborados no GEE e publicados no BMEP	13	15 (Sup \geq 21)	18.5	Disponível no site do GEE

Os artigos do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (BMEP), contêm diferentes tipologias: “Em Análise”, “Destaques” e “Ensaios”.

A série “Em Análise”, iniciada em 2005, com a publicação do “Boletim Mensal de Actividade Económica” (BMAE) e do “Boletim Mensal de Comércio Internacional” (BMCI), e prosseguida a partir de 2008, com o “Boletim Mensal de Economia Portuguesa”, é constituída por estudos aplicados em áreas temáticas específicas na esfera de intervenção do Ministério da Economia e da Inovação (até 2007) e a partir de 2008, do MEID e do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

A série “Destaques” é composta por artigos de uma a duas páginas, com uma abordagem muito dirigida à exploração sintética de um fenómeno específico.

A série “Ensaios”, iniciada em 2007, na publicação “Boletim Mensal de Actividade Económica” (BMAE), e prosseguida também ela, a partir de 2008 com o “Boletim Mensal de Economia Portuguesa”, é constituída por resumos não técnicos, de artigos científicos e/ou académicos. O GEE elaborou e publicou, durante 2009, um ensaio, catorze artigos da secção “Em análise” e cinco da secção “Destaques”.

Para além destes, foram ainda publicados outros artigos com autoria externa ao GEE.

BMEP: Secção Ensaios

1. “Avaliação do *Doing Business*”, Maio 2009



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

BMEP: Secção em Análise

- 1 “Evolução da taxa de crescimento das saídas de mercadorias portuguesas face à receptividade dos mercados (Parte I), Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 (Agro-alimentares, Madeira, cortiça e papel, Vestuário, Têxteis, Peles, couros e calçado, Mobiliário)”, Fevereiro de 2009.
- 2 “Evolução da taxa de crescimento das saídas de mercadorias portuguesas face à receptividade dos mercados (Parte II) Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 (Máquinas, Veículos automóveis, Minérios e metais, Químicos e farmacêuticos, Cerâmica e vidro, Outros produtos acabados, Energéticos, Outro material de transporte)”, Março de 2009.
- 3 “A balança de Bens e Serviços e Termos de troca”, Março de 2009.
- 4 “Simplificação Administrativa”, Abril de 2009.
- 5 “Importações’ e ‘exportações’ portuguesas de produtos energéticos”, Abril de 2009.
- 6 “Evolução recente das exportações portuguesas por agrupamentos de mercadorias”, Maio de 2009.
- 7 “O Preço da Energia e o Défice da Balança Energética em Portugal”, Maio de 2009.
- 8 “Evolução recente das exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios”, Junho de 2009.
- 9 “Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005 – 2008 (*mirror statistics*)”, Agosto de 2009.
- 10 Governance Matters 2009”, Setembro de 2009.
- 11 “Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia - Principais competidores”, Dezembro de 2009.
- 12 “A non parametric survival analysis of business demography dynamics in Portugal”, Dezembro de 2009.
- 13 “Portugal no ranking de competitividade do *Global Competitiveness Index*”, Dezembro de 2009.
- 14 “A evolução da especialização externa de Portugal face a Angola, Brasil e China”, Dezembro de 2009.
- 15 “Ease of Doing Business 2010: Facilidade de fazer negócios em Portugal”, Novembro de 2009



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

BMEP: Secção Destaques

1. "Evolução recente do comércio internacional de Portugal com a Espanha", Janeiro 2009.
2. "Evolução Recente das Exportações Portuguesas por Agrupamentos de Bens (Janeiro de 2008 a Março de 2009)", Junho 2009.
3. "Comércio Internacional Português no âmbito da Nova Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (Rev.3)", Destaques, BMEP de Julho de 2009 .
4. "Evolução Recente das Exportações Portuguesas por Agrupamentos de Bens (Janeiro de 2008 a Julho de 2009)", Outubro 2009.
5. "Crédito às Empresas em Situação de Cobrança Duvidosa", Fevereiro de 2009.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 6	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Nº de seminários temáticos organizados	1	1 (Sup ≥ 3)	2	Disponível no site do GEE

Em 2009, foram organizados dois seminários temáticos, atendendo ao objectivo do GEE de contribuir para o debate sobre a evolução da economia portuguesa. Os seminários incidiram sobre políticas públicas para a atracção de Investimento Directo Estrangeiro e sobre a competitividade e a sustentabilidade fiscal da economia portuguesa.

Os temas e organizadores envolvidos foram:

- “ The Portuguese economy, dealing with the challenges of competitiveness and fiscal sustainability in the Euro area”, organizada pelo GEE em conjunto com a Comissão Europeia (*Directorate General for Economic and Financial Affairs (DG ECFIN)*) e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI/MFAP), 30 de Novembro de 2009.
- “ Investimento directo estrangeiro em Portugal: Impacto e implicações para a política”, organizado pelo GEE e ISEG/UTL, 17 de Junho 2009.

Foi elaborado mais um seminário face ao planeado, dada a importância das políticas públicas ligadas ao investimento directo estrangeiro e pela possibilidade da sua organização ser feita em colaboração com o ISEG. A mesma razão explica a comparação com o resultado de 2008.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Objectivo 03: Acompanhar a Implementação do SIADAP no MEID tendo em Conta as Orientações Estratégicas

Indicador 7	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Documento sobre alinhamento estratégico dos serviços do MEID baseados nos QUAR	1	1	1	Anexo 2

O Relatório do Alinhamento Estratégico do MEID surge na sequência da necessidade de aferir o alinhamento dos objectivos estratégicos e operacionais dos serviços com as respectivas atribuições legais e com as orientações políticas fixadas pelo Programa do XVII Governo Constitucional.

A análise do alinhamento estratégico do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID) foi realizado com base num modelo conceptual multi-nível:

- 1º Nível, designado de Alinhamento Global;
- 2º Nível, que abrange o Alinhamento da Gestão e o Alinhamento das Atribuições Legais face às Orientações Políticas; e,
- 3º Nível, onde se incluem o Alinhamento Operacional face à Estratégia e o Alinhamento Estratégico face às Atribuições Legais

Para cada um dos níveis foram apresentados os resultados do alinhamento e da respectiva intensidade, numa abordagem *bottom-up*, culminando na apresentação do alinhamento global dos serviços do MEID entre os objectivos operacionais e as orientações de política.

A recolha dos dados, para análise do alinhamento, foi obtida através de um questionário preenchido pelos serviços que elaboraram o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) em 2009.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 8	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Dias úteis para a emissão de pareceres	Tempo médio de resposta no processo de validação do QUAR (1ª interacção): 5,85 Dias Duração média da análise de relatórios de auto-avaliação (1ª interacção) n.d.	Tempo médio de resposta no processo de validação do QUAR (1ª interacção) 5 Dias (Sup ≤ 4) Duração média da análise de relatórios de auto-avaliação (1ª interacção) 10 Dias (Sup ≤ 7)	Tempo médio de resposta no processo de validação do QUAR (1ª interacção): 3,8 Dias Duração média da análise de relatórios de auto-avaliação (1ª interacção) 7,3 Dias	Arquivo interno de e-mails

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) está mandatado para exercer, no âmbito do subsistema SIADAP 1 as seguintes competências:

- Validar os Quadros de Avaliação e Responsabilização (QUAR) dos serviços do MEID nos termos do art. 13º, analisando o seu conteúdo e emitindo pareceres de validação. Nos termos da Lei, os serviços deveriam apresentar o QUAR até 30 de Novembro 2009, no entanto, este prazo foi alterado para 15 de Fevereiro por Despacho nº 26721-A/2009, do Senhor Ministro das Finanças e Administração Pública. Foram analisados 16 QUAR, referentes a 2010, em 3,8 dias, em média, à qual se seguiu a interacção com os serviços, consubstanciando-se no envio de comentários e proposta de novo ficheiro Excel por parte do GEE.
- Emitir pareceres com análise crítica das auto-avaliações do QUAR (nº 1 do art. 15º) e informação complementar (nº 2 do art. 15º) constantes nos relatórios de actividades dos serviços do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

(MEID). Foram analisados 14 Relatórios de Actividades, referentes ao ano 2008, em 7,3 dias, em média, à qual se seguiu a interacção com os serviços, consubstanciando-se no envio de pedidos de informação complementar, àquela que tinha sido prestada pelos serviços nos respectivos relatórios, de modo a possibilitar a elaboração dos pareceres de análise crítica.

Comparando com 2008, o tempo médio de resposta no processo de validação dos QUAR (1ª interacção) registou uma melhoria significativa, de 5,85 para 3,8 dias.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Objectivo 4: Tornar Mais Eficiente o Acesso à Informação Através da Criação e Gestão de Bases de Dados

O QUAR de 2009, aprovado no início do ciclo de gestão, foi objecto de reformulação nos termos da Lei nº 66-B/2007 tendo sido proposta a eliminação do Objectivo n. 4.

Esta proposta de alteração foi devidamente aprovada pela tutela pelo despacho de 12.01.2010 do Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

A alteração justifica-se pela morosidade dos procedimentos requeridos para a aquisição do equipamento necessário (servidores) para a instalação de uma base de dados unificada, no âmbito do projecto financiado pelo SAMA.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Objectivo 5: Melhorar a Qualidade Técnica dos Produtos Fornecidos pelo GEE

Indicador 11	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Nº de sínteses estatísticas, estatísticas de bolso e ficheiro de dados avaliados e melhorados	5	5 (Sup >= 7)	7	Disponível no site do GEE

Pretende-se com este objectivo garantir a qualidade técnica dos serviços e produtos do GEE, através da revisão de cinco colecções de sínteses de informação estatística existentes, de acordo com os requisitos de qualidade definidos no documento “Critérios e procedimentos para a avaliação de publicações estatísticas”.

Em anexo (Anexo 2) encontram-se os resultados do inquérito interno efectuado em 2008, sobre a qualidade das publicações estatísticas do GEE.

Em 2009, foram revistas e melhoradas sete publicações estatísticas:

- Principais Indicadores Económicos de Portugal, versão melhorada através de uma selecção mais apurada de indicadores
- Principais Indicadores Económicos de Portugal, disponibilizada versão em inglês
- Principais Indicadores Económicos de Portugal, disponibilizada em formato de Base de Dados
- Síntese Estatística de Conjuntura, versão melhorada através da introdução de mais indicadores
- Síntese Estatística de Comércio Internacional versão melhorada através de uma selecção mais apurada de indicadores e respectiva formatação
- Sínteses Regionais: Concelhos, Distritos, NUTS II e III, disponibilizada versão em inglês
- Base de Dados de Investimento Directo Estrangeiro (série 1996-2008), melhoria gráfica e de interactividade.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Houve um desvio positivo face ao planeado devido à revisão adicional da Base de Dados de Investimento Directo Estrangeiro e da criação de uma Base de Dados dos Principais Indicadores Económicos.

Procedeu-se ao melhoramento de mais duas publicações estatísticas face ao realizado em 2008.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 12	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Apreciação dos utilizadores sobre a qualidade técnica dos conteúdos do GEE, numa escala de 0 a 5 aferido por inquérito	4,1	4 (Sup >= 4)	4	Ficheiro de dados com os resultados do questionário extraído do BackOffice do sitio do GEE

Os resultados dos inquéritos elaborados pelo GEE para aferir a apreciação dos seus clientes aos seus produtos são desenvolvidos no ponto 2.2. do presente Relatório. Assinale-se que foi obtido um número significativo de respostas (128), face ao ano 2008, em que apenas se obtiveram 10 respostas. Este aumento é justificado pela divulgação do questionário a todos os subscritores do RSS e Boletim Informativo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Indicador 13	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Número de estudos técnicos aceites em Conferências	3	3 (Sup >= 4)	14	Disponível no site do GEE

O número de estudos técnicos aceites por entidades externas com o objectivo de serem apresentados em conferências é indicativo da qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos no GEE.

No ano de 2009 foram aceites e apresentados os seguintes trabalhos:

1. Ricardo Pinheiro Alves, "Behavioural Influences of Foreign Direct Investment", 35th. EIBA Annual Conference, Dezembro 13-15, 2009, Valencia.
2. Miguel Lebre de Freitas, "Recent developments on external competitiveness and policy implications", Workshop "THE PORTUGUESE ECONOMY: Dealing with the Challenges of Competitiveness and Fiscal Sustainability in the Euro Area", DG ECFIN/UE, GEE/MEID, GPEARI/MFAP, 30 de Novembro de 2009, Lisboa.
3. Ricardo Pinheiro Alves, "Behavioural Influences of Foreign Direct Investment", Aachen Workshop on International Production, Novembro 6-7, 2009, Aachen.
4. Ricardo Pinheiro Alves, "Portugal e a Crise Económica: Crise Estrutural Portuguesa", I CONFERÊNCIA DE ECONOMIA: "PORTUGAL E A CRISE", ISLA, 11 de Dezembro de 2009, Lisboa.
5. Elsa Sarmento e Hortense Martins, "Estatísticas de Bolso Sectoriais" apresentado ao Conselho Superior de Estatística na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial, Novembro de 2009, Lisboa.
6. Elsa Sarmento e Alcina Nunes, "Entrepreneurship performance indicators for Portugal, a measurement framework" presented at the NIPE Workshop "Economic Analysis using Linked Employer and Employee Data", Universidade do Minho, Setembro 2009, Braga.
7. Miguel Lebre de Freitas, "Orientações estratégicas, planos e acções nos domínios da Economia e Inovação", comunicação apresentada no âmbito de um ciclo de conferências incluída no COPG - Curso de Promoção a Oficial General 2008/2009, Instituto de Estudos Superiores Militares, 22 Julho, Lisboa.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

8. Ricardo Paes Mamede and Miguel Lebre de Freitas, "Structural Transformation and the role of Foreign Direct Investment in Portugal: a descriptive analysis for the period 1990-2005", EBES 2009, June 2009, Istambul.
9. Susana Salvado, "Fiscal Policy in a Monetary Union: gains from changing institutions". 3rd Meeting of the Portuguese Economic Journal, Junho 2009, Funchal.
10. Miguel Lebre Freitas, "Industry similarities and comparative advantages in Portugal: an empirical assessment based on 2005 trade data". 3rd Meeting of the Portuguese Economic Journal, Junho 2009, Funchal.
11. Miguel Lebre de Freitas, "The Portuguese Economy in Pictures", Mission of the National Security College of India to Portugal, IDN - Instituto de Defesa Nacional, May 2009, Lisboa.
12. Susana Salvado, "Fiscal Policy in a Monetary Union: gains from changing institutions". INOVA Seminar, Abril 2009, Lisboa.
13. Miguel Lebre de Freitas, "The Portuguese Economy in Pictures", in a session on "Contemporary Portugal", presented to the fellows of the American Marshall Memorial Fellowship, sponsored by the German Marshall Fund., Fundação Luso-Americana, March 2009, Lisboa.
14. Susana Salvado, "Fiscal Policy in a Monetary Union: gains from changing institutions", Royal Economic Society - Fourth PhD Presentation Meeting, Universidade Nova de Lisboa, 17-18 January 2009, London.

O desvio significativo verificado resulta da apresentação de alguns estudos em mais do que um local.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Objectivo 06: Assegurar Resposta Qualificada e Atempada às Solicitações da Tutela e de Organismos do MEID

Indicador 14	Resultado de 2008	Meta	Resultado de 2009	Evidência
Percentagem de respostas que cumpriram o prazo definido (em dias) no total de solicitações com prazo definido	n.d.	80% (Sup >= 90%)	99,60%	Sistema de gestão dos pedidos ao GEE

De acordo com o sistema de gestão e de monitorização de solicitações internas (Gabinetes da tutela e serviços do MEID) e externas (restantes utilizadores) dirigidas ao GEE durante 2009, foram efectuadas 298 solicitações, representando um acréscimo de 11,2% face a 2008.

Do total de pedidos, remetidos ao GEE, 99,6% foram respondidos dentro do prazo definido ou na ausência deste, obtiveram resposta imediata.

No ponto 2.2 apresentam-se mais detalhes sobre a caracterização dos pedidos, bem como, os resultados de um questionário de avaliação da satisfação dos clientes com a prestação deste serviço.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

UTILIZAÇÃO DOS MEIOS

Recursos Humanos

Durante o ano 2009 o GEE debateu-se com uma permanente insuficiência de Recursos Humanos. Em termos efectivos verificou-se um desvio negativo de 64 pontos relativamente ao estimado, o que na prática significa que um desvio de 21% relativamente aos dias de trabalho planeados.

Foi identificada uma pontuação para cada carreira e cargos dirigentes que tem associado um determinado referencial de Unidade Equivalente de Recursos Humanos (UERH) Planeados, o qual resulta da extração aos 365 ou 366 dias de calendário, de todos os dias a que correspondam Sábados, Domingos, Feriados oficiais, Feriado Municipal, Tolerâncias de ponto (3.^a feira de Carnaval e Véspera de Natal) e 25 dias úteis de férias – foram apurados 224 dias.

Com base na UERH foram calculados os dias efectivamente trabalhados (traduzida na pontuação executada) tendo para o efeito sido descontadas os dias de férias gozadas (além dos 25 dias), faltas por doença e licenças (maternidade).

Pela análise da tabela dos Recursos Humanos apresentada no QUAR verifica-se um acentuado desvio na pontuação executada dos efectivos da carreira dos técnicos superiores (-51), que se deve essencialmente à saída do GEE de dois técnicos superiores em finais de Setembro, e ainda à licença de maternidade gozada por uma técnica superior. Relativamente à carreira de assistente operacional, o desvio verificado deve-se ao falecimento do trabalhador inserido nesta carreira.

ORÇAMENTO

(Funcionamento)	(PIDDAC)
Estimado: 1.115826 M€	Estimado: 131.386 M€
Realizado: 869.249 M€	Realizado: 12.223 M€

O GEE conseguiu uma poupança de 19,8%, relativamente ao orçamento disponível, conseguindo, contudo, cumprir os objectivos do QUAR, a que se propunha e as metas de desempenho da restante actividade.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.2 – Apreciação dos clientes

2.2.1 – Relativamente aos pedidos formulados ao GEE

A actividade do GEE está orientada para dar resposta prioritária aos pedidos oriundos, sobretudo, dos Gabinetes da Tutela e da Direcção-Geral das Actividades Económicas. De modo a melhorar o serviço prestado, o GEE enviou um questionário de avaliação da satisfação sobre o serviço prestado, a todos os clientes que efectuaram solicitações ao GEE em 2009.

O questionário foi disponibilizado on-line, facilitando não só o seu preenchimento, como o seu posterior tratamento. Foi enviada uma mensagem a todos os clientes que tinham efectuado pedidos ao GEE em 2009, a solicitar que procedessem à avaliação da qualidade deste serviços remetendo, para o efeito, um endereço específico de acesso ao questionário.

O instrumento de recolha continha cinco questões de resposta fechada e uma questão aberta, para indicar aspectos que deveriam ser melhorados. O cliente teria de graduar o seu nível de satisfação numa escala de 1 a 5 pontos, relativos a questões que incidiam sobre a avaliação do serviço “Resposta a pedidos”, complementando com outras questões que permitem conhecer o tipo de “pedido” e de cliente.

Foram enviados 103 questionários, que corresponde ao número de clientes que efectuaram pedidos em 2009, dos quais foram recebidas 13 respostas (taxa de resposta de 12,6%). Note-se que o número clientes, a quem foi enviado o questionário, não coincide com o número global de pedidos recebidos ao longo do ano, uma vez que alguns dos clientes do GEE efectuaram diversos pedidos.

A avaliação global sobre os pedidos do GEE foi de 3,9, sendo de destacar a relevância da informação prestada e a adequação da resposta, com uma classificação de 3,9, e com uma classificação superior (4,1) a actualidade da informação enviada. Não se registaram médias abaixo da classificação 3 (“pouco satisfeito”), como se pode verificar pela Tabela 1.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Tabela 1

Conteúdos	Média
Cumprimento do prazo	3,5
Relevância da informação	3,9
Actualidade da informação enviada	4,1
Adequação da resposta ao pedido efectuado	3,9
Qualidade global da resposta ao pedido	3,8
Avaliação global	3,9

Durante 2009, foram efectuadas 298 solicitações ao GEE, representando um acréscimo de 11,2% face a 2008.

Quanto à origem dos pedidos (Tabela 2) estes provêm, na sua grande maioria dos organismos do MEID (38%) e de outras proveniências (38%).

Relativamente ao tipo de contributos que são solicitados, estes são sobretudo sobre informação quantitativa, sendo que em apenas 39% dos pedidos são solicitados contributos qualitativos.

Tabela 2

Origem dos Pedidos	
Organismos da Administração Pública	8%
Organismos do MEID	38%
Gabinete da Tutela	15%
Outros	38%



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.2.2 – Relativamente à qualidade da resposta aos pedidos

O GEE disponibilizou um questionário de avaliação da satisfação no seu sítio da Internet, procurando apurar a opinião dos utilizadores quanto à qualidade e relevância da informação disponibilizada, a fim de serem identificadas e introduzidas as melhorias consideradas necessárias.

O questionário administrado continha questões de resposta múltipla, onde o respondente teria de graduar o seu nível de satisfação numa escala de 1 a 5 pontos, e que incidiam sobre os “conteúdos” e a “navegação” do sítio, bem como pretendia identificar o tipo de informação procurada.

O número de respostas ao inquérito para avaliação do site foi de 128, tendo aumentado substancialmente relativamente ao ano de 2008, em que o número de respondentes foi apenas de 10. Este aumento da taxa de respostas deveu-se ao esforço realizado neste ano para melhorar a divulgação do site e a sua visibilidade, designadamente através do seu envio para a lista de endereços electrónicos dos subscritores do Boletim Mensal e RSS.

De uma forma geral, a apreciação global do site apresenta um nível de satisfação muito positivo, sendo a classificação da avaliação global de 4, o que corresponde a uma média de respostas do utilizador “satisfeito” com a informação pretendida.

De acordo com a Tabela 3 é possível visualizar os dados das respostas ao questionário de forma agregada. Os dados apurados sugerem uma maior satisfação relativamente aos conteúdos do sítio, designadamente a “relevância” e “fiabilidade” da informação”. Já quanto à navegação, que apresenta um grau de satisfação menor, destaca-se que as ferramentas de pesquisa e a localização da informação apresentam os índices de satisfação menores.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Tabela 3

Tópicos		Média
Conteúdos	Relevância da Informação	4,1
	Actualização da informação	4,0
	Clareza da informação	4,0
	Fiabilidade da Informação	4,2
Navegação	Facilidade de Navegação	3,7
	Organização dos Menus	3,7
	Ferramentas de Pesquisa	3,5
	Localização da informação	3,5
Avaliação global	Apreciação global do sítio	4

Relativamente ao tipo de informação que os utilizadores procuram, nesta amostra verifica-se que os documentos mais procurados são as “Estatísticas de Bolso” e os “Artigos”, tal como reflecte a Tabela 4, em que se apurou a percentagem dos utilizadores para cada um do tipo de documentos publicados no site.

Foi ainda inquirido junto dos utilizadores se divulgariam o site do GEE, tendo a resposta sido muito significativa, na medida em que 97% responderam afirmativamente, e destes 41% responderam “definitivamente”, o que revela um nível de confiança e de credibilidade de toda a informação divulgada.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Tabela 4

Tipo de Documentos		%
Informação Procurada	Estatísticas de Bolso	74%
	Artigos	58%
	Dados	57%
	GEE Papers	55%
	Estatísticas na hora	48%
	Periódicos	47%
	Outra informação	22%
Divulgação do site pelos utilizadores	Resposta afirmativa	97%
	Resposta negativa	3%

2.3 – Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)

2.3.1 – Caracterização interna da organização

Em Dezembro de 2007 foi assinado um protocolo que estabelece um acordo de partilha de responsabilidades entre a Secretaria-Geral do MEID e o Gabinete de Estratégia e Estudos concretizando a Prestação Centralizada de Serviços (PCS).

O protocolo abrange as áreas Financeira, de Recursos Humanos, de Aprovisionamento integrado e Logística, regulados pelos indicadores de performance, e ainda as áreas funcionais de Apoio Jurídico e Contencioso, dos Sistemas e Tecnologias de Informação e da Documentação.

A definição dos serviços a prestar, bem como a divisão das responsabilidades entre a SG e o Gabinete encontram-se definidas no Protocolo da PCS.

O relacionamento entre a SG e o Gabinete desenvolve-se a nível funcional entre os Director e o Secretário-geral, e entre os técnicos das diferentes áreas, quer através de contactos informais e directos, quer através de contacto institucional.

O controlo operacional das actividades de suporte e apoio à Direcção é realizado em partilha com a SG, sob orientação do Director, pela Divisão de Planeamento e Apoio e traduz-se no seguinte:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

- Preparação do orçamento, contemplando todas as actividades relevantes e previstas na lei e controlo orçamental, através da elaboração de indicadores de execução e previsão financeira com base nos mapas de execução enviados pela SG;
- Gestão e recrutamento de recursos humanos, através da gestão previsional (selecção, recrutamento), elaboração de mapas que caracterizam a evolução e as características dos recursos humanos, e através do acompanhamento e verificação dos dados enviados pela SG;
- Relativamente ao pessoal, existe um regulamento de horário de trabalho e um sistema informático de controlo da assiduidade centralizado na SG;
- Controlo interno de todos os procedimentos de suporte e apoio à Direcção, através da verificação, acompanhamento, avaliação e informações sobre as necessidades de aquisições de bens e serviços;
- Definição e formalização de fluxos de informação e comunicação verticais e horizontais ao Gabinete;
- Registo e classificação de toda a documentação entrada e saída;
- Cumprimento das disposições legais relativas à forma e à competência para a autorização em matéria de alterações orçamentais;

Relativamente às actividades operacionais do Gabinete, o controlo interno é feito pela estrutura hierárquica e matricial do Gabinete (dirigentes intermédios e Coordenadores de projecto) através da monitorização dos indicadores de desempenho, definidos no Plano de Actividades, da responsabilidade de cada uma das unidades orgânicas.

O controlo interno do Gabinete assenta num relacionamento de diálogo permanente e directo entre as chefias e entre estas e os técnicos, a fim de se recolher e analisar a informação relacionada com as necessidades presentes e futuras das partes interessadas, e desenvolver metodologias de controlo, sendo promovida uma responsabilidade partilhada na melhoria da gestão dos recursos e processos.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.3.2 Auto-avaliação do SCI¹

Questões	Aplicado			Observações
	S	N	NA	
Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Dado o protocolo assinado com a Secretaria Geral no âmbito da Prestação Centralizada de Serviços
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?		X		
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Não existe uma política definida, mas a prática tem sido no sentido de aumentar as competências dos colaboradores com formação específica para a função.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			A tendendo à tipologia das actividades prosseguidas no Gabinete, verificava-se diálogo e interacção permanentes entre o Director e os dirigentes intermédios.
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?		X		
Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			As unidades orgânicas foram criadas de acordo com o Decreto Regulamentar
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100% do universo

¹ Com base na *check list* fornecida pelo CCAS.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			50% do total de colaboradores
---	---	--	--	-------------------------------

Questões	Aplicado			Observações
	S	N	NA	
Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?		X		
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Centralizada no Director
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			São identificadas as necessidades no início do ano.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A locação de trabalhadores é feita de acordo com as necessidades. Contudo, tendo em causa a natureza do organismo, não aplicável.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As unidades orgânicas têm claramente definidos os objectivos operacionais e actividades a prosseguir. As metas fixadas para cada UO permitem a monitorização da actividade. Quanto ao controlo administrativo este é realizado pela Divisão de Planeamento e Apoio, embora circunstanciado às competências
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?		X		
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?		X		
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?		X		
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?		X		



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Questões	Aplicado			Observações
	S	N	NA	
Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existem aplicações informáticas nas áreas de negócio do GEE, nomeadamente na estatística. Nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria não se aplica uma vez que são funções da SG/MEID no âmbito da PCS.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Existe um projecto, cuja implementação está em curso, de integração de toda a informação estatística, através da criação de uma Base de Dados em MS SQL
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Existe automatização dos processos que produzem <i>outputs</i> e controlo da qualidade dos dados.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Os sistemas de informação existentes servem para otimizar o acesso à informação, por parte dos técnicos do gabinete, para responder às solicitações da tutela e restantes pedidos.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	x			São identificados os requisitos de segurança para acesso de terceiros a informação ou activos do serviço, designadamente, as áreas pessoais estão definidas com logins e <i>passwords</i> e existem áreas partilhadas com permissões de acesso individual.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			Está salvaguardada a informação dos computadores de rede. Existe uma política de <i>cópias de segurança</i> diárias e semanais, assegurada pela SG.
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Existe um domínio de rede para o GEE, com permissão de utilização exclusiva aos PC ligados a essa rede. Utilização exclusiva de software licenciado.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.4 – Melhoria do desempenho

As acções de melhoria (AM) a implementar em 2010 e que estão devidamente identificadas no Plano de Actividades 2010, foram consideradas tendo em conta o seu impacto na concretização dos objectivos da organização, designadamente do QUAR e na satisfação das necessidades dos principais clientes do Gabinete.

Na identificação de acções de melhoria também foram equacionados os recursos humanos e financeiros disponíveis para garantir a sua implementação durante o ano 2010. Neste contexto, é de destacar a situação do Gabinete em termos de recursos humanos disponíveis. Encontram-se a decorrer concursos internos e externos para ocupar os postos de trabalho que estão vagos no mapa de pessoal e prevê-se a aposentação de três técnicos, o que é significativo, atendendo ao universo total de trabalhadores.

As principais acções de melhoria previstas para 2010 enquadram-se nas seguintes áreas de intervenção:

- Disponibilização de informação estatística, através da criação e gestão de Bases de Dados
- Acompanhamento do debate sobre evolução da economia portuguesa
- Melhoramento do desempenho organizacional

2.5 – Audição dos Colaboradores do Gabinete

O processo de auto-avaliação do GEE incluiu a realização de um inquérito anónimo aos seus colaboradores, a fim de aferir a sua percepção sobre a evolução do desempenho do Gabinete no ano 2009. O questionário foi administrado via internet, tendo sido solicitado aos colaboradores o preenchimento on-line do mesmo, garantindo-se o anonimato das respostas.

De um universo de 15 colaboradores em funções (incluindo dirigentes) obtiveram-se 11 respostas ao questionário, o que perfaz uma taxa de resposta de 73%.

Analisando as contribuições de cada resposta, para cada parâmetro, poder-se-á destacar o enfoque revelado pelos colaboradores na qualidade, imagem e rigor nas actividades do Gabinete.

Relativamente ao ano anterior verifica-se uma opinião mais favorável no item referente à motivação e nível de satisfação dos colaboradores internos.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Tabela 5

Ranking	Parâmetro	Opinião favorável	
		(>= 4) 2009	(>= 4) 2008
1	Visibilidade externa da actividade do GEE	73%	86%
2	Imagem do GEE	82%	86%
3	Relevância e qualidade dos produtos disponibilizados no sítio do GEE	73%	86%
4	Rigor e competência nos serviços prestados à tutela e a outros clientes	55%	86%
5	Cumprimento da missão por parte do GEE	45%	79%
6	Motivação e nível de satisfação dos colaboradores internos	55%	36%
7	Desempenho global do GEE	73%	86%
8	Responsabilidade social da organização	9%	36%

2.6 – Actividades desenvolvidas (previstas e não previstas no Plano) e Justificação dos desvios

2.6.1 Resumo da actividade

Para o cumprimento dos 7 objectivos operacionais e 25 Indicadores, previstos no Plano de Actividades, contribuíram um conjunto de 46 actividades, cuja responsabilidade de concretização foi atribuída às três unidades orgânicas do Gabinete - DSAEP, DSGIE e DPA.

O Gráfico 1 indica o nº de indicadores superados, cumpridos e os que não foram cumpridos, num total de 25. Destaca-se a taxa de realização global de 80% dos indicadores, tendo em conta que se registaram variações nos efectivos ao longo do ano.

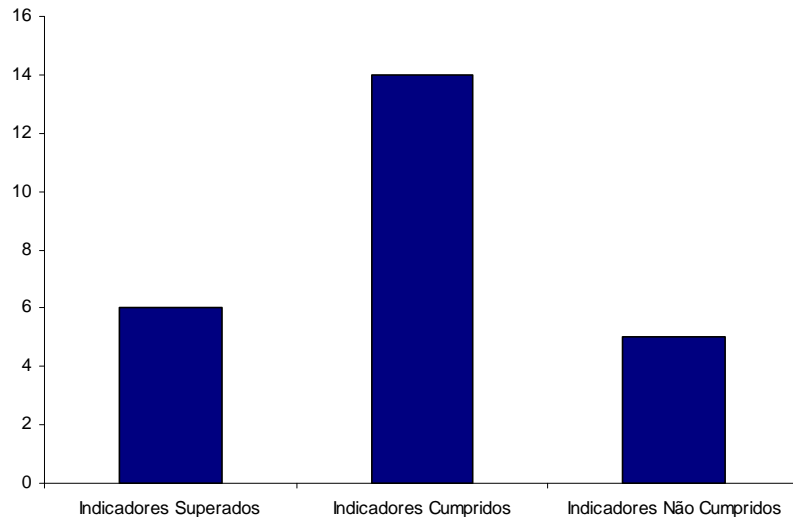


MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Gráfico 1

Taxa global de execução dos (25) indicadores



O Gráfico 2 indica o cumprimento dos objectivos, em função do número dos indicadores para cada uma das situações, sendo de realçar que a maioria dos objectivos foram atingidos, à excepção do objectivo 4, “Tornar mais eficiente o acesso à informação através da criação e gestão de bases de dados”. Este objectivo não foi cumprido na medida em que a execução das actividades planeadas dependia da aquisição de equipamento informático (Projecto de integração das bases de dados inscrito no PIDDAC), sendo um processo moroso e complexo e que necessita da aprovação da tutela e do Ministro das Finanças. Dado que o pedido para a aquisição coincidiu com o período eleitoral e a mudança de governo, foi remetido para a apreciação do novo tutelar da pasta.

Também no objectivo 6, de “Melhorar o desempenho organizacional através de processos de gestão e suporte mais eficazes e eficientes”, não foram cumpridas duas das actividades planeadas, a implementação das práticas de gestão dos critérios da *Common Assessment Framework* (CAF) e a implementação de um sistema de monitorização de desempenho organizacional, devido à falta de recursos humanos disponíveis.

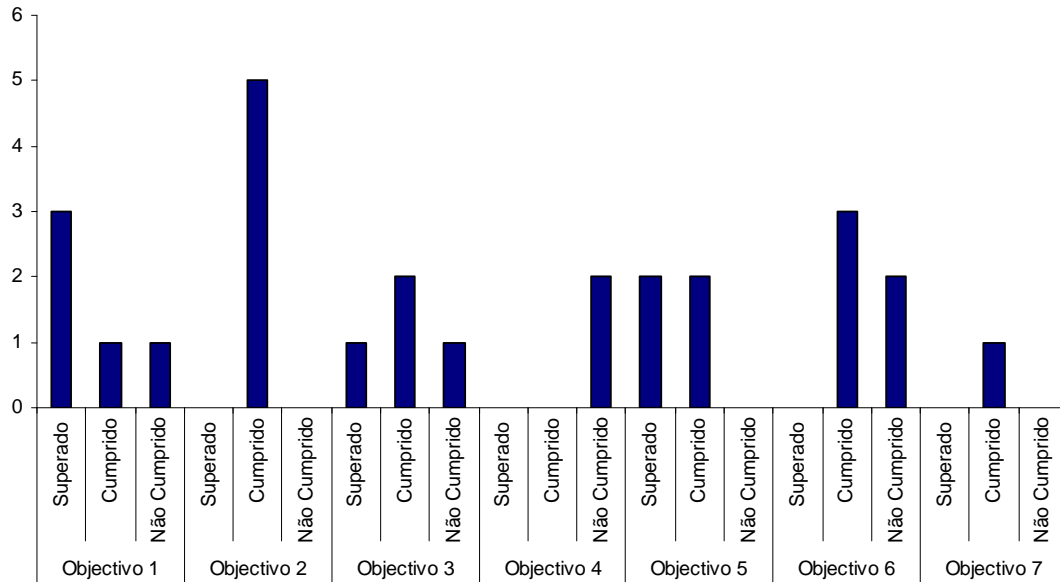


MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Gráfico 2

Taxa de realização dos indicadores por objectivo operacional (OP)



2.6.2 Fichas de Objectivos (actividade executada)

De seguida apresentam-se as fichas dos objectivos operacionais, utilizadas para a elaboração do plano de actividades, com a respectiva descrição dos indicadores, execução qualitativa e quantitativa e justificação de desvios.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional		Código	
DISPONIBILIZAR INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE A ECONOMIA PORTUGUESA		OB 01	
Fórmula de cálculo	Ponderação do objectivo		
$A = \sum_i p_i I_i, \text{ com } I_i \in \{1,3,5\}$	DSAEP	DSGIE	DPA
	10%	25%	0%
Resultado do Objectivo : 141,76%			

Nº	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO/METAS			Resultado 2008	Resultado 2009	Peso	UO
		1 (N cumpriu)	3 (Cumpriu)	5 (Superou)				
01/01	Percentagem de estatísticas divulgadas em RSS ("Estatísticas na Hora") até 1h após a sua publicação pela fonte (QUAR = 3,8%)	< 80%	70%*	> 90%	n.d	94%	20%	DSAEP
01/02	Nº de colecções de sínteses publicadas no sitio do GEE (QUAR = 1,5%)	< 19	18*	> 19	16	21	10%	DSGIE
01/03	Nº de Base de Dados interactivas disponibilizadas no sitio do GEE (QUAR= 9,8%)	< 8	6*	> 8	5	9	40%	DSGIE

Nº	INDICADORES BINÁRIOS	Classificação		Grau de execução		Peso	UO
		1 (N cumpriu)	4 (Cumpriu)	2008	2009		
01/04	Relatório de análise da conjuntura económica nacional e internacional actualizado em permanência	0	1	100%	100%	10%	DSAEP



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

01/04	Actualização de dezasseis colecções de sínteses estatísticas	0	1		13	20%	DSGIE
-------	--	---	---	--	----	-----	-------

Nº	ACTIVIDADES	Meta	Resultado 2008	Resultado 2009	UO
01.1	Nº de edições/ano do Boletim Informativo	12	12	12	DPA
01.2	Nº anual de estimativas trimestrais do PIB e seus componentes na óptica da despesa e acompanhamento do desempenho das previsões de outras entidades oficiais.	4	4	2	DSAEP
01.3	Manter actualizadas as colecções de sínteses estatísticas existentes e respectivos ficheiros de dados disponibilizados na página da Internet do GEE:				
01.4	Colecção Conjuntura (nº disponibilizado/ano)	337	264	305	DSGIE
01.5	Colecção Comércio Internacional (nº/ano)	954	95	1281	DSGIE
01.6	Colecção Sectores de Actividade (nº/ano)	158	287	284	DSGIE
01.7	Colecção Investimento (nº/ano)	25	2	2	DSGIE
01.8	Colecção Regiões (nº/ano)	328	726	726	DSGIE
01.9	Colecção Sociedade (nº/ano)	98	198	198	DSGIE
01.10	Nº de sínteses estatísticas publicadas em inglês	50%	n.d.	37.5%	DSGIE
01.11	Nº de sínteses estatísticas "Dinâmica Empresarial"	0		1	DSGIE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

01.12	Ficheiro do Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento	1	1	1	DSAEP
-------	---	---	---	---	-------

* Meta corrigida relativamente ao planeado



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional		Código	
CONTRIBUIR PARA O DEBATE SOBRE A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA, NUMA PERSPECTIVA ORIENTADA PARA A POLÍTICA ECONÓMICA		OB 02	
Fórmula de cálculo	Ponderação do objectivo		
$A = \sum_i p_i I_i, \text{ com } I_i \in \{1,3,5\}$	DSAEP	DSGIE	DPA
	55%	17%	0%
Resultado do Objectivo: 127%			

Nº	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO/METAS			Resultado 2008	Resultado 2009	Peso	UO
		1 (N cumpriu)	3 (Cumpriu)	5 (Superou)				
02.01	Introdução de novas medidas de política por uma entidade externa ao GEE na Base de Dados de Medidas de Política	1	2 Organismos	3	n.d.	2	5%	DSAEP
02.02	Nº de artigos publicados no BMEP (QUAR=18%)	< 21	15*	>21	11	18.5	50%	DSAEP DSGIE
02.03	Nº total de estudos elaborados no GEE publicados como documentos de trabalho (QUAR=9%)	<4	2*	>4	3	4	25%	DSAEP DSGIE
02.04	Nº de seminários temáticos organizados (QUAR=3%)	<3	1*	>3	1	2	15%	DSGIE DSAEP



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Nº	INDICADORES BINÁRIOS	Classificação		Grau de Execução		Peso	UO
		1 (N cumpriu)	4 (Cumpriu)	2008	2009		
02.05	Documento síntese sobre o desempenho competitivo da economia portuguesa	0	1	n.d.	100%	5%	DSAEP

Nº	ACTIVIDADES	Meta	Resultado 2008	Resultado 2009	UO
02.01	Base de Dados de medidas de política actualizada em permanência	Informação actualizada	Informação actualizada	Informação actualizada	DSAEP
02.02	Responder às solicitações dirigidas ao GEE no domínio das medidas de política com impacto económico (e.g. Grandes Opções do Plano, pareceres do Conselho Económico e Social).	100%	100%	100%	DSAEP
02.03	Nº de resumos sobre medidas legislativas para publicação no BMEP	12	12	12	DSAEP
02.04	Nº de notas informativas sobre eventos e iniciativas para publicação no BMEP	12	12	12	DSAEP
02.5	Base de Dados interna sobre relatórios internacionais actualizada	Informação actualizada	Informação actualizada	Informação actualizada	DSAEP
02.6	Nº de calendários de publicações de relatórios internacionais/ano	20		20	DSAEP
02.7	Nº de textos de síntese e fichas-resumo sobre relatórios internacionais	20		22	DSAEP
02.8	Nº de edições do BMEP/ano (coordenação da edição do BMEP)	12	12	12	DSAEP DSGIE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

02.9	Nº de Análises de Comércio Internacional/ano para o BMEP	12	12	12	DSGIE
------	--	----	----	----	-------

* Meta corrigida relativamente ao planeado



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional		Código	
ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO SIADAP 1 NOS SERVIÇOS DO MEI, TENDO EM CONTA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MEI		OB 03	
Fórmula de cálculo	Ponderação do objectivo		
$A = \sum_i p_i I_i, \text{ com } I_i \in \{1,3,5\}$	DSAEP	DSGIE	DPA
	7%	0%	60%
Resultado do Objectivo: 107,20%			

Nº	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO/METAS			Resultado 2008	Resultado 2009	Peso	UO
		1 (N cumpriu)	3 (Cumpriu)	5 (Superou)				
03.01	Implementação de um sistema comum de avaliação para as DRE's	≥ 30 Jun	100%	≤ 1 Jun	n.d	100%	10%	DPA
03.02	Documento sobre o alinhamento estratégico dos serviços do MEI com base no QUAR (QUAR = 1%)	0 N aprovado	1 aprovado	Qualidade Substantiva	1	1	30%	DPA DSAEP
03.03	Dias úteis para emissão de pareceres (QUAR = 4%): a) Tempo médio de resposta no processo de validação de 16 QUAR (1ª interacção); b) Duração média da análise dos Relatórios de auto-avaliação 2008.	> 4 > 10	5* 10	< 4 < 7	5,85 n.d	3,8 7,3 (112%)	60%	DPA DSAEP



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Nº	ACTIVIDADES	Resultado 2008	Resultado 2009	UO
03.04	Elaboração do Relatório de análise comparada da avaliação de desempenho dos serviços	n.d	100%	DPA

* Meta corrigida relativamente ao planeado



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional		Código	
TORNAR MAIS EFICIENTE O ACESSO À INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO E GESTÃO DE BASES DE DADOS		OB 04	
Fórmula de cálculo	Ponderação do objectivo		
$A = \sum_i p_i I_i, \text{ com } I_i \in \{1,3,5\}$	DSAEP	DSGIE	DPA
	0%	30%	0%
Resultado do Objectivo: 0%			

Nº	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO/METAS			Resultado 2008	Resultado 2009	Peso	UO
		1 (N cumpriu)	3 (Cumpriu)	5 (Superou)				
04.01	Nº de BD integradas na Base de Dados do GEE em SQL (QUAR = 15%)*	<19	19	>19		0	60%	DSGIE
04.02	Disponibilização de sínteses estatísticas obtidas a partir da nova plataforma tecnológica em SQL (QUAR = 10%)*	<6	6	>6		0	40%	DSGIE

Nº	ACTIVIDADES	Meta	Resultado 2008	Resultado 2009	UO
04.01	Nº de séries actualizadas em % das séries existentes (actualização da Base de Dados integrada do GEE em SQL)	100%	100%	100%	DSGIE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

04.02	Nº de séries actualizadas em % das séries existentes (actualização da Bases de Dados não integradas na BD GEE em SQL)	100%	100%	100%	DSGIE
04.03	Grau de integração da BD GEE em SQL (Migração da BD de indicadores de diagnóstico da economia portuguesa para a BD GEE em SQL)	100%	0%	0%	DSGIE
04.04	Grau de integração da BD GEE em SQL (Migração da BD de medidas de política para a BD GEE em SQL)	100%	0%	100%	DSGIE
04.05	Grau de integração da BD GEE em SQL (Migração da BD de <i>rankings</i> para a BD GEE em SQL)	100%	0%	0%	DSGIE
04.06	Criação e migração da Base de Dados por Modo de Transporte para a BD GEE em SQL.	1	0%	100%	DSGIE
04.07	Grau de adequação das BD das diferentes Bases de Dados ao ano de 2009 e às alterações de nomenclatura(s) e metodologia(s), nomeadamente CAE Ver. 3.	100%	0%	100%	DSGIE

* **Objectivo retirado do QUAR** dada a morosidade dos procedimentos requeridos para a aquisição do equipamento necessário (servidores) para a instalação de uma base de dados unificada, no âmbito do projecto financiado pelo SAMA.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional		Código	
MELHORAR A QUALIDADE TÉCNICA DOS PRODUTOS FORNECIDOS PELO GEE, VISANDO ASSEGURAR RESPOSTA QUALIFICADA ÀS SOLICITAÇÕES EXTERNAS, DESIGNADAMENTE DA TUTELA		OB 05	
Fórmula de cálculo	Ponderação do objectivo		
$A = \sum_i p_i I_i$, com $I_i \in \{1,3,5\}$	DSAEP	DSGIE	DPA
	25%	25%	0%
Resultado do Objectivo: 150%			

Nº	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO/METAS			Resultado 2008	Resultado 2009	Peso	UO
		1 (N cumpriu)	3 (Cumpriu)	5 (Superou)				
05.01	Nº de colecções de sínteses estatísticas melhoradas de acordo com os critérios de qualidade especificados no documento “ Critérios e procedimentos para a avaliação das sínteses estatísticas” (QUAR =7%)	<7	5*	>7	6	7	25%	DSGIE DSAEP
05.02	Apreciação dos utilizadores sobre a qualidade técnica dos conteúdos do GEE, numa escala de 5, aferido por inquérito (QUAR =1,5%)	<4,1	4	>4,1	3.6	4	10%	DSGIE DSAEP
05.03	Percentagem de respostas às solicitações que cumpriram o prazo definido (em dias) no total das solicitações com prazo definido. (QUAR =15%)	<90	80%	>90		99.60 %	55%	DSGIE DSAEP
05.04	Nº de estudos técnicos aceites em conferências (QUAR = 1,5)	<4	3*	>4	8	14	10%	DSGIE DSAEP

* Meta corrigida relativamente ao planeado

Av. da Republica, 79 – 1º 1050-243 Lisboa Tel. 21 7998150 Fax. 21 7998154

www.gee.min-economia.pt



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Nº	ACTIVIDADES	Meta	Resultado 2008	Resultado 2009	UO
05.05	Revisão das normas de qualidade para as publicações estatísticas expressas no documento “Critérios e procedimentos para a avaliação das sínteses estatísticas” de acordo com o novo formato tecnológico de geração de relatórios SQL	-	Cumprido	Cumprido	DSGIE
05.06	Concepção de contributos para o Conselho Superior de Estatística e respectivas Secções Permanentes e Grupos de Trabalho e dos Grupos de Trabalho da OCDE relativamente a metodologias estatísticas, cruzamentos de bases de dados e comparabilidade internacional de indicadores.	-	Cumprido	Cumprido	DSGIE
05.07	Realizar 5 sessões para partilha do conhecimento entre os técnicos do GEE visando a melhoria da qualidade do serviço.	-	12	3	DSGIE DSAEP
05.08	Monitorizar o sistema de solicitações do GEE	-	Cumprido	Cumprido	DSGIE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional		Código	
MELHORAR O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL ATRAVÉS DE PROCESSOS DE GESTÃO E SUPORTE MAIS EFICAZES E EFICIENTES		OB 06	
Fórmula de cálculo	Ponderação do objectivo		
$A = \sum_i p_i I_i, \text{ com } I_i \in \{1,3,5\}$	DSAEP	DSGIE	DPA
	3%	3%	40%
Resultado do Objectivo: 60% (2,5)			

Nº	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO/METAS			Resultado 2008	Resultado 2009	Peso	UO
		1 (N cumpriu)	3 (Cumpriu)	5 (Superou)				
06.01	Implementação das práticas de gestão dos critérios da <i>Common Assessment Framework (CAF)</i>	<5	5	9	n.d	0	40%	DPA
06.02	Implementação de um sistema de monitorização do desempenho organizacional	0	100%	<15.07	n.d	0%	30%	DPA

Nº	INDICADORES BINÁRIOS	Classificação		Resultado		Peso	UO
		1 (N cumpriu)	4 (Cumpriu)	2008	2009		
06.03	Elaboração dos Instrumentos do ciclo anual da gestão dentro dos prazos legais:						



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Plano de Actividades (PA) 2009	0	1	1	1	10%	Coord DPA
Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) 2010	0	1	1	1	10%	Coord DPA
Relatório de Actividades (RA) 2008 (integrando a auto-avaliação do serviço e Balanço Social)	0	1	1	1	10%	Coord DPA

Nº	ACTIVIDADES		Resultado 2008	Resultado 2009	UO
06.01	Recepção, registo, divulgação e arquivo das publicações (adquiridas, gratuitas, a adquirir e assinaturas) semanalmente com destaques para os artigos mais importantes		186	94	DPA
06.02	Registo das entradas e saídas dos pedidos externos dirigidos ao Gabinete com produção de relatórios mensais e anuais		265	298	DPA
06.03	Garantir todos os procedimentos referentes às deslocações em serviço (nacionais e internacionais) da direcção e funcionários do Gabinete. Garantir a organização de todos os procedimentos necessários à organização de eventos, internos e externos, que sejam da iniciativa do Gabinete		4	7	DPA
06.04	Responder, em articulação com a SG, a todas as tarefas referentes a gestão de pessoal, aprovisionamento e logística do Gabinete gestão do orçamento corrente e PIDDAC do Gabinete (requisições, concursos, assiduidade, vencimentos, formação profissional)		100%	100%	DPA
06.05	Elaboração, administração e tratamento dos questionários de avaliação da qualidade/ satisfação		1	2	DPA



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

06.06	Execução dos procedimentos do SIADAP 2 e 3 com os seguintes outputs: Avaliação 2008 e fixação objectivos 2009 Monitorização do desempenho Preparação do processo de avaliação 2010	20 (2007)	11 (2008)	DPA
-------	---	--------------	--------------	-----



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha de Objectivo

Objectivo Operacional

ASSEGURAR A REPRESENTAÇÃO DO MEI EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E A LIGAÇÃO ENTRE O GEE E OS MEIOS ACADÉMICOS

Código

OB 07

Ponderação do objectivo

DSAEP	DSGIE	DPA
0%	0%	0%

Nº	ACTIVIDADES	Resultados	UO
08/01	Participar no Conselho Superior de Estatística (CSE) e respectivas Secções Permanentes e iniciativas associadas e implementar reuniões interdepartamentais periódicas (trimestrais) para troca de informação e coordenação de posições no seio do MEI.	Cumprido	DSGIE
08/02	Acompanhar e representar o MEI nas actividades do GT sobre Contas Nacionais e Regionais (CSE).	Cumprido	DSGIE
08/03	Acompanhar e representar o MEI nas actividades do GT sobre Estatísticas das Relações Económicas com o Exterior (CSE).	Cumprido	DSGIE
08/04	Acompanhar e representar o MEI nas actividades do GT sobre Estatísticas Macroeconómicas (CSE).	Cumprido	DSGIE
08/05	Acompanhar e representar o MEI nas actividades do GT do CSE sobre comércio internacional de veículos automóveis usados (CSE).	Cumprido	DSGIE
08/06	ONU (TOS-IP): Identificar "boas práticas" e de boas opções de política em áreas referentes à inovação e políticas de competitividade e suporte da sua disseminação nos países membros da UNECE.	Cumprido	DSGIE
08/07	WPGI/OCDE: Estudo dos factores decisivos na localização de I&D no estrangeiro, nomeadamente a nível de multi-nacionais, o impacto da globalização a diferentes níveis, nomeadamente no emprego; enquadrar trabalho metodológico nesta área.	Cumprido	DSGIE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

08/08	WPIA/OCDE: Acompanhar os trabalhos de investigação para exploração de micro-dados e análise de resultados em temas como o papel da inovação tecnológica e não tecnológica, os direitos de propriedade intelectual, o capital humano e a mudança organizacional, o empreendedorismo e apoiar a colaboração de Portugal em projectos de <i>research</i> com base metodologias propostas pela OCDE.	Cumprido	DSGIE
08/08	EIP/OCDE: Contribuir para a produção de indicadores sobre empreendedorismo, no âmbito do “Entrepreneurship Indicators Program”.	Cumprido	DSGIE
08/09	Representar o MEI no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (CCAS)	Cumprido	DPA
08/10	Representar o MEI no Conselho Económico e Social	Cumprido	DSAEP
08/12	Representar o MEI no grupo de Trabalho Inter-Ministerial relativo aos Comitês de Tratados das Nações Unidas	Cumprido	DSAEP
08/13	Assegurar uma ligação estreita entre o GEE e os meios académicos portugueses	Cumprido	DSAEP DSGIE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.7 – Recursos Humanos

2.7.1 – Gestão dos recursos humanos

Durante o ano de 2009 o GEE continuou a sua estratégia de desenvolver um quadro de competências em matéria de recursos humanos, mais exigente e adequado ao desempenho das suas atribuições.

Por outro lado, e face às dificuldades verificadas quanto ao regime de mobilidade que apenas permite a contratação dos requisitados por um ano, procurou-se ocupar o mapa de pessoal do GEE com a contratação de técnicos superiores adequados aos perfis dos postos de trabalho existentes através da abertura de procedimentos concursais comuns de recrutamento de técnicos superiores dentro e fora da administração pública.

Neste contexto, durante o ano de 2009 foram abertos 13 procedimentos concursais comuns para o recrutamento de técnicos superiores para a Direcção de Serviços da Análise Económica e Previsão e para a Direcção de Gestão e Informação Estatística, de entre trabalhadores com e sem relação jurídica de emprego público. Numa primeira fase, procurou-se recrutar técnicos superiores de entre os trabalhadores com vínculo à função pública, no entanto, não foi possível seleccionar candidatos, por não possuírem as qualificações e os perfis adequados às necessidades das actividades do GEE. Por esta razão, e com a autorização do Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública, abriram-se concursos para o recrutamento de quatro técnicos superiores sem vínculo prévio à função pública.

Partindo do indicador “dias úteis de trabalho” registou-se no global um desvio negativo de 21% de dias trabalhados, relativamente aos dias planeados, o que traduz a saída de dois técnicos superiores que se encontravam requisitados, e a ausência de um técnico superior devido a licença de maternidade.

Para dar resposta às solicitações inerentes à sua actividade, e colmatar as falhas de pessoal existentes, durante o ano de 2009, o GEE requisitou dois professores do ensino superior, um para cada uma das Direcções de Serviço, na situação de agentes administrativos. Registe-se ainda a saída do técnico superior responsável pela Unidade de Coordenação da Conjuntura, que se encontrava também em regime de requisição.

Em resumo, o mapa de pessoal do GEE conta com 26 postos de trabalho aprovados, incluindo três chefias de Direcção intermédia, e quatro coordenações de equipas multidisciplinares, mas no final do ano apenas se encontravam ocupados 19 lugares, sendo que seis deles se encontravam em regime de requisição.

A Tabela 6 reflecte ainda o número de efectivos e as alterações ao longo do ano de 2009, assim como os níveis de habilitações. De referir que os níveis de qualificações mais elevados correspondem aos Agentes, e por conseguinte, com a saída de um doutorado no



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2º semestre a percentagem de efectivos com mestrado/doutoramento baixou relativamente ao 1º semestre.

O esforço de recrutamento acima mencionado e desencadeado durante o ano de 2009 só será visível em 2010 dada a complexidade e a morosidade dos processos de recrutamento decorrentes da legislação em vigor.

Tabela 6

Evolução do pessoal em exercício efectivo de funções no GEE (a)

	2009					
	1º semestre			2º semestre		
	Total em funções no GEE	Funcionários com contrato por tempo indeterminado (b)	Funcionários com contrato por tempo determinado (c)	Total em funções no GEE	Funcionários com contrato por tempo indeterminado (b)	Funcionários com contrato por tempo determinado (c)
Efectivos em exercício no GEE	21	13	8	18	13	5
<i>Dos quais:</i>						
Apoio Administrativo e Secretariado	5	4	1	4	4	0
Área Técnica	16	9	7	14	9	5
Indicadores (área técnica, apenas)						
% Funcionários versus agentes	100%	72%	27%	100%	68%	32%
% efectivos com mestrado ou doutoramento	28%	0%	100%	26%	0%	100%
% de efectivos em vias de aposentação	11%	15%	0%	11%	15%	0%
Idade Média	47	51	37	46	51	37
Memo: Efectivos na área técnica por qualificações						
Doutores	4	0	4	3	0	3
Mestres	3	0	3	2	0	2
Licenciados	9	8	1	9	9	0
Outros	5	4	1	4	4	0

(a) Inclui 4 chefias; exclui pessoal do quadro requisitado ou destacado em outros organismos

(b) Inclui pessoal em exercício no GEE requisitado a outros organismos da Administração Central

(c) Pessoal requisitado a Instituições de Ensino Superior

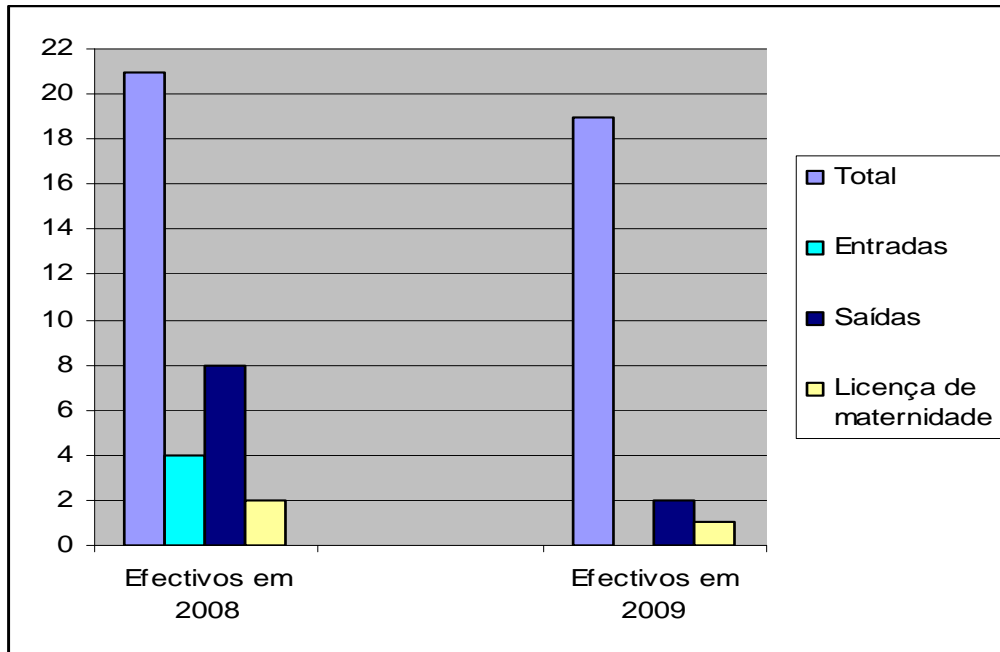
No Gráfico 3 resume-se a rotação de pessoal (entradas e saídas) e situações de licença, verificadas no Gabinete durante o ano 2009, e que provocou variações no número de efectivos relativamente a 2008 (21 em 2008 para 19 em 2009). A saída dos técnicos superiores requisitados às Universidades, em 2009, não foi compensada com entradas, situação que provocou a diminuição de efectivos relativamente a 2008, e que veio agravar a situação de carência de recursos humanos nas duas Direcções de Serviços.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Gráfico 3



No âmbito do Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações (LVCR), o Director do GEE atribuiu prémios de desempenho a um Director de Serviços, a dois Técnicos Superiores e a um assistente operacional, da área da Gestão da Informação e Estatística e da Divisão de Planeamento, em resultado das classificações da avaliação do desempenho máximas obtidas entre todos os trabalhadores, e em resultado do orçamento disponível.

Ainda, em resultado da classificação de desempenho, foi reconhecido mérito excepcional a um Técnico Superior, pela qualidade e diversidade dos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2008.

Tendo em consideração o desempenho relevante de outro técnico superior, foi justificada uma distinção especial e alterado o seu posicionamento remuneratório.

Foi ainda determinada a alteração de posicionamento remuneratório de um assistente técnico, também trabalhador afecto à Direcção de Serviços da Gestão da Informação e Estatística.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

2.7.2 - Formação

Das cinco acções previstas no Plano de Actividades 2009 apenas se realizou uma das acções, a formação interna em MATALAB, leccionada em três sessões.

As outras acções não se realizaram por se tratar de formação relacionada com a implementação do projecto de integração e disponibilização da base de dados, que não se concretizou na totalidade, conforme foi referido anteriormente neste Relatório.

Realizaram-se ainda dois seminários internos sobre os temas “ Inward FDI and ICT: are they a joint technological Driver of Entrepreneurship?” e “ O Processo de transformação Estrutural da Economia Portuguesa 1986-2006”. Ambos os seminários tiveram como oradores alguns dos técnicos do GEE.

Para além daqueles e com a colaboração de entidades externas realizaram-se ainda dois workshops, intitulado “ *The Portuguese Economy : Dealing of competitiveness and fiscal sustainability in the Euro Area*” organizado pelo GEE, DG ECFIN e o GPEARI/MFAP, e outro, sobre “Investimento directo estrangeiro: impacto e implicações para a política” organizado em colaboração com ISEG/UTL.

2.8 – Recursos Financeiros

Em 2009, o GEE contou com uma dotação orçamental corrente de cerca de 1084,3 milhares de euros, após a cativação efectuada, o que corresponde a um aumento de 18% face ao ano anterior. Da dotação global 88% correspondem a despesas com pessoal, 11% a aquisição de bens e serviços e 1% a despesas de investimento.

A Tabela 7 identifica o orçamento executado e o grau de realização do mesmo, por tipologia das despesas.

A execução do GEE ficou abaixo do valor do orçamento disponível em parte por não se terem verificado as substituições dos recursos humanos saídos no ano anterior, e não terem sido ocupados os postos de trabalho vagos do mapa de pessoal, dada a morosidade dos concursos.

Relativamente às despesas orçamentadas em bens e serviços, não se realizaram as acções de formação previstas no plano de 2009, devido à impossibilidade da aquisição dos servidores, no âmbito do projecto de integração das bases de dados (PIDDAC/SAMA), conforme se refere a propósito da execução do PIDDAC.

Muito embora a execução não tenha atingido os 100 % pelas razões apontadas, o GEE conseguiu atingir as metas de desempenho a que se propôs, nos objectivos do QUAR, no que diz respeito à restante actividade, mesmo com um número de recursos inferior ao que estava previsto.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Tabela 7 – Execução orçamental de 2008 e 2009

Tipologia da Despesa	Orçamento Disponível		Execução do 1º Semestre		Grau de Execução Semestral		Execução Final		Grau de execução Final	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Total	918.950	1.084.322	108.889	421.282	44%	41%	853.001	869.249	93%	80,2%
Despesas com Pessoal	797.244	955.846	373.821	399.969	47%	43%	747.642	775.182	94%	81,1%
Aquisição de bens e Serviços	110.448	118.783	30.354	21.312	27%	23%	95.767	87.227	87%	73,4%
Aquisição de Bens de Capital	11.208	9.643	4.714	0	42%	0%	9.592	6.839	86%	70,9%

No âmbito do PIDDAC-2009 foi inscrito o financiamento para o projecto de estudo e reunificação das bases de dados, prevendo-se a finalização da segunda fase do projecto, que se traduzia na disponibilização da base de dados integrada no site do GEE, a fim de que a mesma fosse consultável on-line.

Este projecto foi também apresentado ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) – Programa Operacional Factores de Competitividade, tendo sido aprovado uma comparticipação do FEDER, na modalidade de financiamento não reembolsável no valor de 66.385,58 €.

A dotação atribuída ao PIDDAC foi de 131.386 € (incluindo a componente comunitária).

Embora a conclusão do projecto estivesse prevista para o final de 2009, a execução foi de apenas 9%, correspondendo à execução em equipamento informático, software e consultoria, da componente de receitas gerais.

Esta baixa execução do PIDDAC e o atraso no projecto deveu-se à complexidade do processo de aquisição das soluções informáticas necessárias para o desenvolvimento do projecto (designadamente a aquisição dos servidores), e a não aprovação pela tutela, por coincidir com o período eleitoral e a mudança de governo.

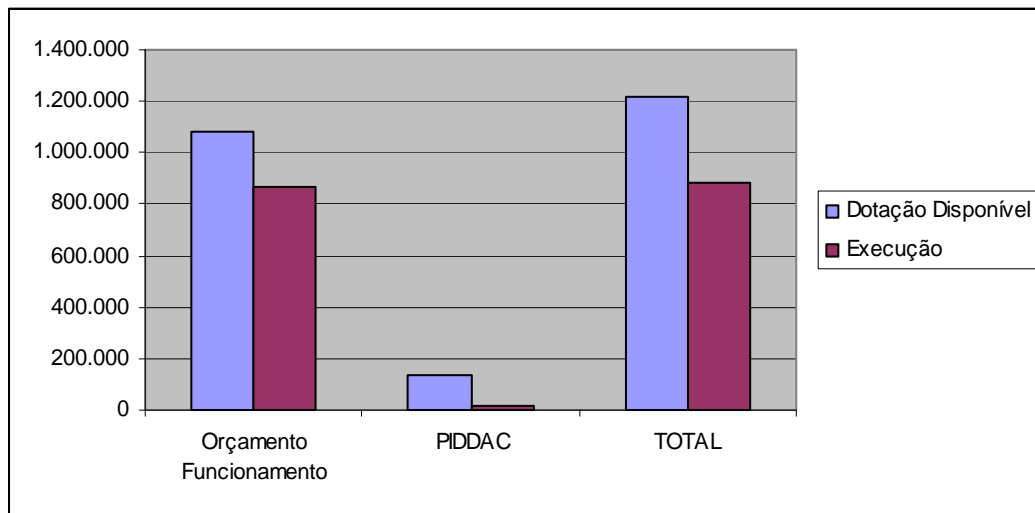


MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Em termos globais, o Gráfico 4 reflecte o orçamento realizado em 2009

Gráfico 4





MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

3 – AVALIAÇÃO FINAL

3.1 – Apreciação dos resultados (QUAR) e conclusões

A actividade global do Gabinete é mais abrangente do que aquela que foi traduzida no QUAR, embora os objectivos fixados naquele quadro e os resultados que foram atingidos constituam áreas chave, estruturantes para a actividade do Gabinete.

Como resultados globais assinala-se que foram superados os objectivos nos parâmetros Eficácia e Qualidade.

O nível de cumprimento dos objectivos operacionais de 2009 do GEE é o seguinte:

Serviço	Parâmetro	Objectivo	Indicador	Meta	Performance 2009		
					Resultado	Desvio	Gradação
Gabinete de Estratégia e Estudos	Eficácia	Disponibilizar informação estatística sobre economia portuguesa	Nº sínteses estatísticas e de (coleções de) estatísticas de bolso publicadas no sitio do GEE.	18	21	17%	Superado
			Nº de base de dados interactivas disponibilizadas no sitio do GEE	6	9	50%	Superado
			Percentagem de estatísticas divulgadas em RSS (Estatísticas na Hora) até uma hora após a sua publicação na fonte	70%	94%	34%	Superado
		Contribuir para debate sobre a evolução da Economia Portuguesa, numa perspectiva orientada para a política económica	Nº total de estudos elaborados no GEE publicados como documentos de trabalho	2	4	100%	Superado
			Nº de artigos elaborados no GEE e publicado no BMEP	15	18,5	23%	Superado
			Nº de Seminários temáticos organizados	1	2	100%	Superado



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Serviço	Parâmetro	Objectivo	Indicador	Meta	Performance 2009		
					Resultado	Desvio	Gradação
		Acompanhar a implementação do SIADAP 1. no MEID, tendo em conta as orientações estratégicas do MEID	Documentos sobre alinhamento estratégicos dos serviços do MEID baseado nos QUAR	1	1	0%	Cumprido
			Dias úteis para emissão de pareceres:	15	11,1	26%	Superado
	Qualidade	Melhorar a qualidade técnica dos produtos fornecidos pelo GEE	Nº de sínteses estatísticas, estatísticas de bolso e ficheiro de dados avaliados e melhorados	5	7	40%	Superado
			Apreciação dos utilizadores sobre a qualidade técnica dos conteúdos do GEE, numa escala de 0 a 5, aferido por inquérito	4	4	0%	Cumprido
			Número de estudos técnicos aceites em conferências	3	14	367%	Superado
		Assegurar Resposta Qualificada e Atempada às solicitações da tutela e Organismos do MEID	Percentagem d respostas que cumpriram o prazo definido (em dias) no total das solicitações com prazo definido	80%	99,60%	25%	Superado

A Taxa de realização do GEE, em termos quantitativos, foi a seguinte:

Serviço	Taxa de Realização dos Objectivos de Eficácia	Taxa de Realização dos Objectivos de Eficiência	Taxa de Realização dos Objectivos de Qualidade	Taxa de Realização Global
GEE	200%	0%	148%	182,9%



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Assinale-se que os objectivos do QUAR (e restante actividade do Gabinete) foram cumpridos com recursos humanos disponíveis aquém do necessário. Através da medição do indicador “dias úteis de trabalho” registou-se um desvio de 21%, na execução dos dias trabalhados ao nível global, face ao que tinha sido planeado. A juntar a estes resultados, na execução da actividade, conseguiu-se uma poupança de cerca de 20% relativamente ao orçamento estimado.

Objectivos de Eficácia

O Parâmetro da Eficácia obteve uma pontuação global de **200%**, tendo sido superados três objectivos.

Nível de Cumprimento Eficácia	Número	%
Objectivos Superados	3	60%

Objectivos de Qualidade

O Parâmetro da Qualidade obteve uma pontuação global de **148%**, tendo sido superados os dois objectivos.

Nível de Cumprimento Qualidade	Número	%
Objectivos Superados	2	40%

3.2 – Menção proposta

Considerando os resultados globais alcançados (182.88%) e tendo em conta que este Gabinete superado todos os (5) objectivos do QUAR, considera-se que a avaliação final do desempenho do Gabinete de Estratégia e Estudos é, nos termos da alínea a) do nº 1 do art. 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, expressa qualitativamente pela menção de **Desempenho Bom**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

ANEXOS



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

A - BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2009

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 74400000

Ministério: da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Serviço / Entidade: Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Contacto:

Tel: 217998150

Email: gee@gee.min-economia.pt

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

Em 1 de Janeiro 22

Em 31 de Dezembro 16

Responsável pela informação

Nome Ana Cristina Pinto (ana.pinto@sg.min-economia.pt) e Teresa Costa

Data 31-03-2010

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo indeterminável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		CT no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)													1						1	0	1
Dirigente Intermédio a)													1	2					1	2	3
Técnico Superior							3	4											3	4	7
Assistente Técnico							1	3											1	3	4
Assistente Operacional																			0	0	0
Informático								1											0	1	1
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Doc. Ens. Universitário																	1	2	1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico																		1	0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Outro Pessoal d)																			0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	2	2	0	0	1	3	7	13	20

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefas			0
Avenças			0
Total	0	0	0

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)														1													1	0	1
Dirigente Intermediária a)										2	1																1	2	3
Técnico Superior									1							2	1	1		1	1						3	4	7
Assistente Técnico																2	1	1									1	3	4
Assistente Operacional																											0	0	0
Informático								1																			0	1	1
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Doc. Ens. Universitário								2			1																1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico											1																0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Outro Pessoal d)																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	3	1	3	2	0	1	0	0	4	2	2	0	1	1	0	0	0	0	7	13	20	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Tarefas																											0	0	0
Avenças																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Grupo/cargo/carreira/ serviço	Tempo de	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)								1												1	0	1
Dirigente Intermediário a)				1	2															1	2	3
Técnico Superior								1				1	1	2		1	1			3	4	7
Assistente Técnico														3	1					1	3	4
Assistente Operacional																				0	0	0
Informático			1																	0	1	1
Magistrado																				0	0	0
Diplomata																				0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																				0	0	0
Doc. Ens. Universitário			1	1	1															1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico							1													0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																				0	0	0
Pessoal de Inspeção																				0	0	0
Médico																				0	0	0
Enfermeiro																				0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																				0	0	0
Chefia Tributária																				0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																				0	0	0
Pessoal Aduaneiro																				0	0	0
Conservador e Notário																				0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																				0	0	0
Oficial de Justiça																				0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																				0	0	0
Forças Armadas b)																				0	0	0
Polícia Judiciária																				0	0	0
Polícia de Segurança Pública																				0	0	0
Guarda Nacional Republicana																				0	0	0
Guarda Prisional																				0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																				0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																				0	0	0
Bombeiro																				0	0	0
Outro Pessoal d)																				0	0	0
Total		0	2	2	3	0	1	2	0	0	0	1	1	0	5	1	1	1	0	7	13	20

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)																				1		1	0	1
Dirigente Intermédio a)																2		1				1	2	3
Técnico Superior														1	3	3						3	4	7
Assistente Técnico								2	1	1												1	3	4
Assistente Operacional																						0	0	0
Informático																1						0	1	1
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Doc. Ens. Universitário																1		1	1			1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico																					1	0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas b)																						0	0	0
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Outro Pessoal d)																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	1	3	7	1	1	2	1	7	13	20	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Tarefa																						0	0	0	
Avença																							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente Intermédio a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diplomata	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doc. Ens. Universitário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal de Inspeção	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Médico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Enfermeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chefia Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal de Administração Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Aduaneiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficial de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Pessoal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forças Armadas b)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Polícia Judiciária	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Polícia de Segurança Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda Nacional Republicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda Prisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bombeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Pessoal d)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior a)																											0	0	0	
Dirigente Intermediário a)																												0	0	0
Técnico Superior																												0	0	0
Assistente Técnico																												0	0	0
Assistente Operacional																												0	0	0
Informático																												0	0	0
Magistrado																												0	0	0
Diplomata																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Doc. Ens. Universitário																												0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Médico																												0	0	0
Enfermeiro																												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0
Chefia Tributária																												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0
Conservador e Notário																												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0
Oficial de Justiça																												0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																												0	0	0
Forças Armadas b)																												0	0	0
Polícia Judiciária																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana																												0	0	0
Guarda Prisional																												0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																												0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																												0	0	0
Bombeiro																												0	0	0
Outro Pessoal d)																												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Tarefas																											0	0	0	
Avanços																												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

- Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência
- a) Considerar as cargas abrangidas pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEMD (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna a órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)																0	0	0
Dirigente Intermédio a)																0	0	0
Técnico Superior																0	0	0
Assistente Técnico																0	0	0
Assistente Operacional																0	0	0
Informático																0	0	0
Magistrado																0	0	0
Diplomata																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																0	0	0
Doc. Ens. Universitário																0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																0	0	0
Pessoal de Inspeção																0	0	0
Médico																0	0	0
Enfermeiro																0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																0	0	0
Chefia Tributária																0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																0	0	0
Forças Armadas b)																0	0	0
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública																0	0	0
Guarda Nacional Republicana																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Outro Pessoal d)																0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefas			0
Avenças			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Fim da situação de mobilidade interna		Fim da situação de cedência de interesse público		Cessação de comissão de serviço		Outros		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)																								0	0	0	
Dirigente Intermédio a)																									0	0	0
Técnico Superior																									0	0	0
Assistente Técnico																									0	0	0
Assistente Operacional		1																						1	1	1	2
Informático																									0	0	0
Magistrado																									0	0	0
Diplomata																									0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0
Doc. Ens. Universitário																							1	2	1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico																								1	0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																									0	0	0
Pessoal de Inspeção																									0	0	0
Médico																									0	0	0
Enfermeiro																									0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																									0	0	0
Chefia Tributária																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Pessoal Aduaneiro																									0	0	0
Conservador e Notário																									0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																									0	0	0
Oficial de Justiça																									0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																									0	0	0
Forças Armadas b)																									0	0	0
Polícia Judiciária																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana																									0	0	0
Guarda Prisional																									0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																									0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0
Bombeiro																									0	0	0
Outro Pessoal d)																									0	0	0
Total	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	2	4	6	

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (terme)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução Iniciativa do trabalhador) (por Iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento extinção do posto de trabalho		Fim da situação de mobilidade interna		Fim da situação de cedência de interesse público		Outros		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)																															0	0	0
Dirigente Intermédio a)																															0	0	0
Técnico Superior																															0	0	0
Assistente Técnico																															0	0	0
Assistente Operacional																															0	0	0
Informático																															0	0	0
Magistrado																															0	0	0
Diplomata																															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																															0	0	0
Doc. Ens. Universitário																															0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico																															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																															0	0	0
Pessoal de Inspeção																															0	0	0
Médico																															0	0	0
Enfermeiro																															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																															0	0	0
Chefia Tributária																															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																															0	0	0
Pessoal Aduaneiro																															0	0	0
Conservador e Notário																															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																															0	0	0
Oficial de Justiça																															0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																															0	0	0
Forças Armadas b)																															0	0	0
Polícia Judiciária																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana																															0	0	0
Guarda Prisional																															0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																															0	0	0
Bombeiro																															0	0	0
Outro Pessoal d)																															0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente Superior a)						0
Dirigente Intermédio a)						0
Técnico Superior					5	5
Assistente Técnico						0
Assistente Operacional						0
Informático					1	1
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Doc. Ens. Universitário						0
Doc. Ens. Sup. Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Pessoal de Inspeção						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Outro Pessoal de Justiça						0
Forças Armadas b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública						0
Guarda Nacional Republicana						0
Guarda Prisional						0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Outro Pessoal d)						0
Total	0	0	0	0	6	6

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)											0	0	0
Dirigente Intermediário a)											0	0	0
Técnico Superior			1		1						2	0	2
Assistente Técnico					1						1	0	1
Assistente Operacional											0	0	0
Informático											0	0	0
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Doc. Ens. Universitário											0	0	0
Doc. Ens. Sup. Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Outro Pessoal de Justiça											0	0	0
Forças Armadas b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública											0	0	0
Guarda Nacional Republicana											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Outro Pessoal d)											0	0	0
Total	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	3	0	3

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008; (3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)														1		1	0	1
Dirigente Intermédio a)														1	2	1	2	3
Técnico Superior			1	4										2		3	4	7
Assistente Técnico			1	3												1	3	4
Assistente Operacional																0	0	0
Informático														1		0	1	1
Magistrado																0	0	0
Diplomata																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																0	0	0
Doc. Ens. Universitário			1	2												1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico				1												0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																0	0	0
Pessoal de Inspeção																0	0	0
Médico																0	0	0
Enfermeiro																0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																0	0	0
Chefia Tributária																0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Outro Pessoal de Justiça																0	0	0
Forças Armadas b)																0	0	0
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública																0	0	0
Guarda Nacional Republicana																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Outro Pessoal d)																0	0	0
Total	0	0	3	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	7	13	20

NOTAS:

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo		PNT inferior ao praticado a tempo completo												TOTAL		Total
			Semana de 4 dias (D.L. 325/99)		Regime especial (D.L. 324/99)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F			
	35 horas		42 horas		28 horas		17 h 30'		celulas abertas para indicar nº horas/semana								
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)	1														1	0	1
Dirigente Intermédio a)	1	2													1	2	3
Técnico Superior	3	4													3	4	7
Assistente Técnico	1	3													1	3	4
Assistente Operacional															0	0	0
Informático		1													0	1	1
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Doc. Ens. Universitário	1	2													1	2	3
Doc. Ens. Sup. Politécnico		1													0	1	1
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Outro Pessoal de Justiça															0	0	0
Forças Armadas b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública															0	0	0
Guarda Nacional Republicana															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Outro Pessoal d)															0	0	0
Total	7	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	13	20

NOTAS:

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam.

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver vários períodos normais de trabalho.

(*) - Trabalho a tempo parcial (art.º nº 142º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12º do DL nº259/98): indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico											0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional	164:00		2:00								166:00	0:00	166:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Universitário											0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Sup. Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal d)											0:00	0:00	0:00
Total	164:00	0:00	2:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	166:00	0:00	166:00

NOTAS:

Considerar o **total de horas** suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico					0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional			2:00		2:00	0:00	2:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Universitário					0:00	0:00	0:00
Doc. Ens. Sup. Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal d)					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	2:00	0:00	2:00	0:00	2:00

NOTAS:

Considerar o **total de horas** efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior a)																												0,0	0,0	0,0	
Dirigente Intermédio a)				18,0												3,0												0,0	21,0	21,0	
Técnico Superior	15,0				5,0		4,0	10,0								1,5	7,0	361,0	361,0									386,5	378,0	764,5	
Assistente Técnico								5,0									8,0											0,0	13,0	13,0	
Assistente Operacional							1,0																				1,0	0,0	1,0		
Informático				146,0		1,0		12,0																				0,0	159,0	159,0	
Magistrado																												0,0	0,0	0,0	
Diplomata																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0	
Doc. Ens. Universitário								5,0								0,5	2,0											0,5	7,0	7,5	
Doc. Ens. Sup. Politécnico																	2,0											0,0	2,0	2,0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0	
Médico																												0,0	0,0	0,0	
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0	
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0	
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0	
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0	
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0	
Outro Pessoal de Justiça																												0,0	0,0	0,0	
Forças Armadas b)																												0,0	0,0	0,0	
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Prisional																												0,0	0,0	0,0	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																												0,0	0,0	0,0	
Outro Pessoal de Segurança c)																												0,0	0,0	0,0	
Bombeiro																												0,0	0,0	0,0	
Outro Pessoal d)																												0,0	0,0	0,0	
Total	15,0	0,0	0,0	164,0	5,0	1,0	5,0	32,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	22,0	361,0	361,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	388,0	580,0	968,0

NOTAS:

Considerar o total de **dias completos** de ausência

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança), e SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo)

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
mm/dd			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
mm/dd			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
mm/dd			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
mm/dd			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
mm/dd			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

* Período Normal de Trabalho